

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA
ALESSANDRO DE ASSIS PINTO AGUIAR

ALESSANDRO DE ASSIS PINTO AGUIAR

**SOCIABILIDADE GOIANIENSE DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO: UM
ESTUDO A PARTIR DA OBRA DE HÉLIO DE OLIVEIRA**

GOIÂNIA GOIÁS
2014

ALESSANDRO DE ASSIS PINTO AGUIAR

**SOCIABILIDADE GOIANIENSE DURANTE O REGIME AUTORITÁRIO: UM
ESTUDO A PARTIR DA OBRA DE HÉLIO DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação, em História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

GOIÂNIA GOIÁS
2014

Folha de Aprovação

RESUMO

Esta dissertação estuda as transformações da sociabilidade na cidade de Goiânia, analisando os efeitos da cultura autoritária implantada pelo início da ditadura civil-militar. Sua fonte básica é a produção imagética do fotógrafo Hélio de Oliveira, que trabalhava na função de fotógrafo oficial do governo desde a década de quarenta do século XX. Para analisar as imagens, utilizamos o referencial da semiótica de Charles Peirce. O primeiro capítulo apresenta um quadro geral da vida urbana na nova capital do Estado de Goiás. O segundo, relaciona as mudanças da sociabilidade com o impacto do movimento golpista. O último capítulo enfoca as redefinições do político e do espaço público na modernidade goianiense.

Palavras-chave: Sociabilidade; Fotografia; Ditadura civil-militar; Vida Urbana.

RESUMÉ

La dissertation étudie les transformations de la société dans la ville de Goiânia, analyse les effets de la culture autoritaire implanté au début de la dictature civile militaire. Sa source fondamentale est la production imagétique du photographe Helio de Oliveira, qui a travaillé comme photographe officiel du gouvernement depuis la décennie des années 40 du siècle XX. Pour avaliser les images, nous utilisons les références sémiotiques de Charles Peirce. Le premier chapitre présente un tableau général de la vie urbaine dans la nouvelle capitale de L'Est de Goiás. Le second chapitre liste les changements de la sociabilité avec un impact du mouvement golpiste. Le troisième chapitre enfonce les redefinitions de la politique et de l'espace public dans la modernité goianiense.

Paroles clés : Sociabilité, Photographie, Dictature civile militaire, Vie Urbaine.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I - A SOCIABILIDADE PELAS RUAS E AVENIDAS DE GOIANIENSES...	17
1 GOIÂNIA.....	17
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A VONTADE HUMANA.....	36
CAPÍTULO II - A SOCIABILIDADE NO LASTRO DA URBANIZAÇÃO.....	42
CAPÍTULO III - O POLÍTICO NAS SUAS PRÓPRIAS DIFERENCIAÇÕES.....	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

Introdução

O horizonte fotográfico revela-nos os quintais ensolarados da vida civil. Emoldurados na sociabilidade, quantos são os sonhos que pedem palavras, que tanta intensidade e potência são necessárias para se fazerem notados.

As evidências, também dividem opiniões e encorpam os discursos ainda quando mostram aquela esperança bisbilhoteira, que insiste em ver tudo aquilo que tem preço, assim como os bens que parecem possuir valores inestimáveis.

A sociabilidade frutífera, no dia a dia das pessoas, tem raízes fortes quando lançadas ao longo de gerações. Pedimos licença à Clio, para apresentarmos, de forma simples, aquilo que nos foi apresentado; com arrojo na engenharia do tempo.

Sabemos que, do muito que nos foi dado, mais ainda temos por encontrar e perceber. Diante de nós, nas complexas amarras metodológicas que se unem às dúvidas e às contradições, encontram-se registros que não podem sozinhos, retratar o universo goianiense.

No arco que compõe a totalidade do período que envolve 1964, só podem ser mencionados, por estarem presentes, tudo aquilo que já se sabe, desde o princípio. Isso porque dele se depende a certeza da direção humana.

A essência que tinge nosso marco pulsa na consciência e na mentalidade goiana. A vida na cidade é o retrato colorido que ganha motivo no cotidiano citadino. Vai a busca de significados nas estéticas para os sentidos, bem como, não podem ser revistas em cenas esperadas e presas aos roteiros, por meio de linhas retas que, se vistas, permitem iludir aos primeiros e distraídos olhares no traço da ciência e do tempo.

Nas imagens gravadas, sejam em quais íngremes e escarpadas plataformas são capazes de trazer à memória à mente. Mesmo que óbvias, parecem não ser tão doces quanto poéticas para colocarem de lado os mais nobres e belos sentimentos que nutriram, nutrem ou nutrirão as pessoas com esperança.

As fotografias são tão frágeis, que, se descritas, podem revelar os segredos protegidos em ângulos obtusos. Envoltas por tamanha superficialidade que solitárias permanecem insipientes, ao passo que a fantasia percorre os espíritos impregnados pelos maravilhosos desejos.



Helis de Oliveira

Faculdade de Direito © 1955

Tempo em movimento, seguro em qualidades e soldados no concreto plano social das edificações da História. Imensuráveis retóricas perdidas ao longo das conversas entre pessoas, mesmo quando convidado pela inocência útil e ao sabor dos interesses imediatos.

Na velocidade impressa por máquinas, os imaginários foram escamoteados. As tradições e atitudes são tão óbvias em conteúdo que retêm a atenção dos estadistas. Os signos e símbolos possuem o condão de recobrir e induzir à consciência aos atos e às pequenas ações. São alguns costumes e hábitos.

A religião ensina muitas expressões e modelam os gestos das pessoas nos arautos da fé. Edificações gloriosas foram erguidas nos espaços urbanos da capital do estado, onde houve o esmigalhamento dos direitos civis.

A vida, por princípio, conjuga as impressões do mundo, degrau por degrau, na simples lembrança dos cânones. Tempo em movimento e seguro em qualidades mil, no concreto plano da natureza humana e das edificações.

O comércio com máquinas de difusão de áudio e vídeo contribuíram para a manutenção de maneira específica com diferentes tipos de governos não institucionalizados, tais como: potentado, plutocracias, tiranias e oligarquias.

A comunicação-difusão pode indicar um viés da comunicação-manipulação (da palavra, dos afetos, da cognição) – Assiste-se ao desenvolvimento de uma nova sofística, sem comparação, em virtude dos meios de que dispõe e da extensão de sua influência, com o que se conheceu no passado. Até então prevalecia uma relativa anarquia, favorecida pelas imprevisibilidades da retórica, submetida a muitos terremotos durante esses dois milênios. A partir de 1914, ou seja, bem no começo do século XX, abrem-se as primeiras oficinas e formam-se os primeiros especialistas cujo objetivo é aperfeiçoar técnicas de persuasão utilizáveis aí onde os meios de convencer habituais, razoáveis, da ordem da discussão, não funcionam. Essas técnicas de manipulação da opinião serão rapidamente conhecidas pelos nomes propagandas e desinformação”. (BRETON, 1999, p.52).

Nosso trabalho consiste em percorrer as ruas e avenidas com auxílio dos registros fotográficos jornalísticos em plano horizontal. Certos de que, há séculos, que os homens procuram controlar-se mutuamente. Buscam, muito mais do que posição, prestígio ou segurança econômica. As pessoas agrupam-se, aderem-se, associam-se voluntariamente.

Mais que essencialmente gregários, possuem natureza ôntica. Conflitos e litígios contidos são constantes. Sentimentos podem ser descritos, classificados e até mesmo institucionalizados. O saber acadêmico e propedêutico auxilia imensamente na manutenção desta ancoragem subjetiva.

O espaço global, em meados do século XX, nunca esteve tão bem delimitado. Na fronteira da identidade está a o vínculo antropocósmico, que aglutina o idioma, o espaço, na família, nos amigos ao ente estatal. Notamos intenso momento de propaganda.

Competidores econômicos e políticos lutaram pelo poder. Salientamos a ocupação das pessoas e representações no contínuo de uma década, no espaço urbano em tons quase *primus inter pares*. Vemos estereótipos na ordem de uma possível invenção da liberdade.

Esta pesquisa versa sobre as transformações da sociabilidade no sistema urbano tensionado pela perspectiva da semiótica cultural, no período de 1964 a 1974 em Goiânia, com aporte nas evidências histórias fotográficas.

Thomas Skidmore (1988) apresentou o estado brasileiro ao longo de um trabalho que aprofunda fatos e dados acerca da época tratada. Nas linhas escritas, o autor nos mostra a união de valores de um povo e a participação atuante de personagens. Relewa-se o papel de interesses internacionais e nacional-desenvolvimentista com viés sócio-político dominantes no teatro do passado desta nação.

Nesse engendramento, memória e imaginário então compactados em um processo diacrônico. É necessário superar os problemas com uma nuance suplementar da vida cidadina-regional, sendo nossa estrela polar o estado de Goiás, mais precisamente sua capital, a cidade de Goiânia. Interessa-nos os vínculos estabelecidos entre os cidadãos, buscando integrar os valores particulares que apresentem íntima e concretamente a realidade deste povo.

Decifrando a lógica do Golpe civil-militar de 1964, a qual dedicamos nossas atenções, buscamos dissecar as raízes fasciculadas da suspensão dos direitos civis, em uma atmosfera traduzida pelo iminente encontro de forças opostas despertadas no movimento político.

Nessa perspectiva, Carlos Fico, em um balanço das pesquisas, debates e revisões, pensa a superação de velhos mitos e estereótipos por parte dos historiadores brasileiros envolvidos com produções relacionadas a 1964, no auge da repressão vivida entre finais dos anos 60 e início dos anos 70.

Dentre os nossos objetivos, procuramos compreender, historicamente, as transformações da sociabilidade em Goiânia, sob o impacto do Regime Militar. Buscamos analisar as fontes fotográficas produzidas no período pelo fotógrafo oficial do Estado, Sr. Hélio de Oliveira, observar possíveis modificações nos vínculos sociais diante do autoritarismo estatal. Ademais, buscamos perceber o cotidiano citadino sob impacto das tensões políticas peculiares ao período supracitado.

A problemática que envolveu este estudo se ocupou de questões relativas ao modo como um governo autoritário interferiu nos vínculos sociais dos goianienses. Bem como, de que modo a supressão dos direitos civis alterou a noção de cidadania nas relações sociais com ênfase nos espaços públicos.

Entre nossas hipóteses, constou a assertiva de que o uso do poder de polícia pelo Estado alterou, significativamente, a sociabilidade, e que o Regime autoritário influenciou nas transformações da cidadania, desmobilizando os espaços públicos.

Durante o século XX¹, máquinas com potencial de reprodução², armazenagem e difusão³ de linguagens passaram a ocupar cada vez mais o espaço coletivo por meio de meios de reprodução⁴ da linguagem que adicionam mensagens e informações no cotidiano das pessoas. Este fato pode ser observado tanto na fotografia, no cinema⁵, nas impressões gráficas ou via rádios e vídeos transmissores.

Sem dúvida alguma, presente nos contornos da arquitetura social em que vivemos está o retrato, sem retoque das linguagens produzidas sem nossa participação. Nós estamos submersos nas águas profundas das mensagens que elidem em muito os direitos civis. São garantias tingidas por valores e hábitos com propósito de as indulgências e contidas nas pretensões de artífices engenhosos. Eles nos dizem aos ouvidos e ao coração, no espelho mágico dos nossos sentidos, às palavras de todos os dias.

A Semiótica é uma ciência que atua na descrição e análise, estudo dos fenômenos em sua constituição como linguagem. Ela pretende ser uma ciência geral de todas as linguagens. Peirce afirma que semiótica é tão somente um outro nome

¹ Com o advento do século XX, as técnicas de reprodução atingiram tal nível que, em decorrência, ficaram em condições apenas de se dedicar a todas obras de arte do passado e de modificar de modo bem profundo os seus meios de influência, mas de elas próprias se imporem, como formas originais de arte. Com respeito a isso, nada é mais esclarecedor que o critério pelo qual duas de suas manifestações diferentes – a reprodução da obra de arte e a arte cinematográfica – reagiram sobre as formas tradicionais de arte. (Benjamim, p.12, 1993).

² A obra de arte, por princípio, foi sempre suscetível de reprodução. O que alguns homens fizeram podia ser refeito por outros. Assistiu-se, em todos os tempos, a discípulos copiarem obras de arte, a título de exercício, os mestres reproduzirem-nas a fim de garantir a sua difusão e os falsários imitá-las com o fim de extrair proveito material. As *técnicas de reprodução* são, todavia, um fenômeno novo, de fato, que nasceu e se desenvolveu no curso da história, mediante saltos sucessivos, separados por longos intervalos, mas num ritmo cada vez mais rápido. (BENJAMIM, 1993, p.11, grifo nosso).

³ “[...] Mobilizar os **afetos** parece ter por objetivo condicionar o público de tal maneira que ele aceite a mensagem sem discussão. [...]” (BRETON, 1999, p. 64, grifo nosso). “As imensas possibilidades abertas pela mobilização dos afetos que acompanham a mensagem se acrescentam as da **manipulação do conteúdo cognitivo** da própria mensagem. A tradição retórica arrolou os truques lógicos da mensagem, os falsos silogismos, por exemplo, como protótipo de uma manipulação dessa espécie. As possibilidades desse ponto de vista são consideravelmente ampliadas. Os raciocínios distorcidos representam apenas uma pequena parte dessa possibilidade. [...]” (BRETON, 1999, p. 81, grifo nosso)

⁴ A própria noção de **autenticidade** não tem sentido para uma reprodução, seja técnica ou não. Mas, diante da **reprodução** feita pela mão do homem, e, em princípio, considerada como uma **falsificação**, o original mantém a plena autoridade; não ocorre o mesmo no que concerne à reprodução técnica. É isto por dois motivos. De um lado, a reprodução técnica está mais independente do original. No caso da **fotografia**, *é capaz de ressaltar aspectos do original que escapam ao olho e são apenas passíveis de serem apreendidos por um **objetiva** que se desloque livremente a fim de obter diversos ângulos de visão; graças a métodos como a ampliação ou a desaceleração, pode-se atingir a realidades ignoradas pela visão natural. Ao mesmo tempo, a técnica pode levar a reprodução de situações, onde o próprio original jamais seria encontrado. Sob a forma de fotografia ou de disco permite sobretudo a maior aproximação da obra ao espectador ou ao ouvinte.* (Benjamim, 1993, p.13, grifo nosso).

⁵ A litografia abria perspectiva para o jornal ilustrado; a fotografia já continha o germe do cinema falado. (Benjamim, 1993, p.12).

para lógica. As afirmações se formam a partir da observação e por meio do processo de abstração. Essas afirmações são falíveis e de algum modo necessárias. “Quanto a esse processo de abstração, ele é, em sim mesmo, uma espécie de observação” (Peirce, 2010, p.45).

As pessoas são capazes de formar um diagrama mínimo e/ou um esboço sumário, considerar modificações hipotéticas e analisar estas últimas. São verdadeiros índices. Porquanto, também são capazes de observar o que imaginam.

No que se pode observar, este processo se assemelha ao raciocínio matemático. De acordo com Peirce (2010, p.45), é possível “chegar a conclusões sobre o que seria verdadeiro a respeito dos signos⁶ em todos os casos, conquanto fosse científica a inteligência que deles se serviu”.

Toda a vida vivida mora no presente. A totalidade da vida está no presente. Em um instante, o presente já se foi e tudo mais se modificou – transmutou. Assim como ocorre com todas as manhãs, quando o sol não está tão quente. Uma fotografia⁷ é um registro instantâneo de um momento. Tudo aquilo que está presente, em um todo intencional, visto pelo observador pelas lentes de uma câmera em um instante imediato, assim revelado.

Ao perceber a questão da relação ontológica envolvida na trama fotográfica onde se encontra o visivelmente perceptível na extensão de um campo cercado de forças, e, na familiaridade própria do saber individual em função da cultura, surge, diante da objetiva, aquele que julga e gostaria de ser julgado pelo fotógrafo que a esse turno julga e se serve para exibir seu trabalho na medida em que transforma o sujeito em objeto. Nesse processo,

⁶ CF. KRISTEVA, Julia. **Introdução à semiótica**, São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1941. Quanto à problemática do signo no capítulo três ao considerar que “a problemática do signo está longe de se apresentar como esgotada. Ela permitiu o estudo das estruturas linguísticas independentemente de seus referentes e da descoberta das relações significantes no próprio interior dos complexos semióticos. Nem por isso, a problemática do signo deixa de ser um pressuposto metafísico que dificulta muitas vezes as pesquisas ulteriores. (p.40).

⁷ A chamada “fotografia documental” abrange o registro fotográfico sistemático de temas de qualquer natureza captados do real; no entanto, existe, em geral, um interesse específico, uma intenção no registro de algum assunto determinado. É em função disso que surgiu o hábito de separar ou dividir a fotodocumentação por classes ou categorias de documentação: jornalística, antropológica, etnográfica, social, arquitetônica, urbana, geográfica, tecnológica etc. Essas classificações são, não raro, pouco convincentes posto que permitem leituras sob diferentes abordagens, de acordo com a formação ou interesse pessoal dos diferentes receptores. Uma única imagem reúne, em seu conteúdo, uma série de elementos icônicos que fornecem informações para diferentes áreas do conhecimento: a fotografia sempre propicia análises e interpretações multidisciplinares. (KOSSOY, 2000, p.55)

A fotografia está vagamente constituída como objeto, e os personagens que nela figuram estão constituídos como personagens, mas apenas por causa de sua semelhança com seres humanos, sem intencionalidade particular. Flutuam entre a margem da percepção, a do signo e a da imagem, sem jamais abordar qualquer delas. (BARTHES, 1984, p. 37).

Uma dimensão técnica da fotografia enlaça dois procedimentos completamente diferentes: o primeiro, de ordem química, diz respeito à ação da luz em momentos especiais, enquanto o outro, de ordem física refere-se à formação da imagem via dispositivo óptico.

Todavia, a pergunta elaborada sobre o que está presente naquele registro sempre chega muito tarde ou em outro tempo. O instante registrado já se foi, e o que permaneceu dele foi deveras transformado. Vez que, este registro está em outro presente, quantos forem os olhares ou as perguntas ou pensamentos ou de quantos forem os observadores, voltados àquela fotografia, todos terão outro tempo presente.

Em busca de maior precisão e abrangência sobre os critérios operacionais e de investigação e análises das fontes fotográficas, permanece acesa a lucerna que afasta a escuridão em torno das questões relativas à interpretação das fotografias como documentos históricos nos quais estão contidas múltiplas significações. E, permite refletir acerca da assertiva de que, não mais decifra as cenas da imagem como significados do mundo, mas o próprio mundo vai sendo vivenciado como conjunto de cenas.

Fundamentado no modelo interdisciplinar e pavimentado ao longo de décadas por reflexões e formulações teórico-metodológicas sobre o valor, o alcance e os limites das fotografias como meios de conhecimento da cena passada são singradas por considerações quanto ao emprego das fotografias como instrumentos de investigação e interpretação da vida histórica.

A ideia da vida na grande cidade envolve problemas com os quais iniciam-se nossas investigações. Destacando-se neste caminho os vínculos e as particularidades nas relações humanas em suas realizações no espaço urbano. De modo que,

O crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas conseqüências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. O agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o tecido urbano, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (SIMMEL, 2005, p.17).

Em virtude da organização da vida na grande cidade, descortina-se uma oposição em relação à cidade pequena e da vida no campo, na medida em que a cidade⁸ apresenta geograficamente, a centralidade dos institutos político-administrativos vitais à existência do Estado em um fluxo contínuo, que necessariamente circula no coração da cidade.

Dentre todas as obras humanas – não excluído sequer o Estado -, a obra de arte apresenta a unidade mais coerente, a totalidade mais autossuficiente, pois conquanto este posa, sob circunstâncias especiais, bastar a si mesmo, ele não absorve inteiramente seus elementos em si, impedindo que cada um tenha ainda uma vida particular, com interesses particulares: nos vinculamos ao Estado apenas com uma parte de nossa personalidade, outras partes se voltam a outros centros. (SIMMEL, 1998, p.12).

Neste organismo, o povo é o responsável por conduzir todos os elementos essenciais para os órgãos vitais, permitindo o transporte e a distribuição dos interesses individuais e coletivos. As pessoas formam o sangue pulsante que percorre as vias abertas na cidade e compondo precisamente uma condição à vida da cidade.

A sociedade urbana define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, com horizonte, como virtualidade iluminadora. (LEFEBVRE, 1999, p.28).

O espaço urbano fornece o contraste que torna nítidos os encontros e desencontros, entre a rigidez fixa no tempo, que retira da infância um sorriso e borra

⁸ A capital goiana deveria ser administrativa, comercial e industrial. Os dois primeiros se concretizaram, mas Goiânia não se tornou um centro industrial e sim um importante polo comercial de bens industrializados na região central do país. Ela seria também um espaço cultural, de lazer e de prestação de serviço para as classes média e alta, que não dispunham de um centro urbano em Goiás para usufruir desses benefícios. Essa finalidade, Goiânia cumpriu plenamente. (DAHER, 2003, p. 283).

a caricatura do pequeno burguês. Iniciado no ritual mágico do acúmulo em troca de serviços precários que mal se escondem no tempo congelado em preto e branco. Em um olhar, revela consumidores apáticos que retiram da fotografia toda uma rede de interesses elaborados previamente.

O nivelamento dos ânimos entre as pessoas fica impregnado pela individualidade e litígios contidos são frequentes. As pessoas são observadas por um entendimento numérico. Conquanto,

o habitante da cidade grande conta com seus fornecedores e fregueses, seus criados e mesmo frequentemente com as pessoas de seu trato de dever social, em contraposição ao caráter do círculo menor, onde o conhecimento inevitável das individualidades cria também inevitavelmente uma coloração plena de ânimo do comportamento, um estar para além da mera consideração das capacidades e compensações. (SIMMEL, 2005, p.2).

O termo psicologia econômica, de Simmel, não oblitera a relação freguês-mercadoria livre das circunstâncias no vazio causado pelo distanciamento e ausência entre pessoas completamente desconhecidas. No lugar e no tempo dos desencontros, pessoas que jamais tiveram a chance de, juntas estarem presentes, levam consigo uma sociabilidade.

Ao lado disso, caracterizaremos o poder autoritário cerceando as liberdades individuais Enquadramos a cidadania da época ditatorial entre a presença do Estado e a constituição do político, diferenciação estabelecida por Schmitt:

A equação 'estatal = político' torna-se incorreta e enganosa na mesma medida em que o Estado e a sociedade mutuamente se interpenetram, todas as questões até agora 'apenas' sociais se transformam em estatais, como ocorre necessariamente em uma coletividade democraticamente organizada. Assim, áreas até então 'neutras' – religião, cultura, educação, economia – cessarão de ser 'neutras' no sentido de não-estatal e não-político. Como polêmico conceito contrário a tais neutralizações e despolitizações de importantes domínios surge o Estado total da identidade entre Estado e sociedade. Estado que não se desinteressa por nenhuma área e que abrange, potencialmente, qualquer área. Nele, por conseguinte, tudo, pelo menos enquanto possibilidade, é político e a referência ao Estado não está mais em condições de fundamentar uma característica específica de diferenciação do 'político'. (SCHMITT, 1992, p.24).

Porquanto, as definições gerais de político mentem uma referência que de algum modo remetem apenas à semelhança ao Estado, e, paralelamente naquilo que se refere a questões não estatais quando está a ser observado, que “inequivocamente determinada e se defronta com os grupos e questões não-estatais, por isso mesmo ‘apolíticos’, enquanto o Estado detenha o monopólio do político”. (Schmitt, 1992, p.23). Tais monopólios já eram alvissareiros no ambiente urbanístico goianiense e foram captados, fotograficamente, no processo de sociabilidade goianiense.

Capítulo I

A sociabilidade pelas ruas e avenidas goianienses

1. Goiânia

A 13 de setembro de 1824, Goiás foi considerada Província do Império. A notícia do fim da monarquia chegou à antiga capital, a 5 de dezembro de 1889. No período imperial, Goiás contou com quarenta e um presidentes. Após aderir à República Federativa, contou com quarenta e cinco governadores, entre os anos de 1890 até a data de transferência da sede do governo para a cidade de Goiânia⁹, em 1935.

A fundação de Goiânia¹⁰ está inserida em uma sucessão de novas cidades planejadas no Brasil. Ocupa posição intermediária entre a substituição de Ouro Preto por Belo Horizonte, em 1889, e Brasília, em 1960. Ecoava o discurso higienista diretamente ligado ao despreparo para suportar a modernização da vida social e o ritmo da expansão urbana.

No início do século XX, os processos imigratórios, juntamente com o desenvolvimento da economia brasileira e expansão do mercado, contribuíram com a formação de novos centros urbanos no estado. Não foram raros os casos em que ultrapassavam a população da própria capital; nesse processo,

⁹ “Em 1950, o Brasil contava com cerca de dez universidades em funcionamento em seu território, além de numerosas instituições isoladas de Educação Superior. No início da década de 1960, o número de universidades era superior a vinte, e já tomava corpo um movimento de intelectuais e cientistas, ao qual se somava o movimento estudantil, que se organizava em associações bastante ativas com objetivo de reivindicar mudanças na educação e especialmente nas universidades.” C.f.FERREIRA, Adegmar José, 2010, p.60) para uma visão completa e acurada sobre articulação política e político-religiosa em prol da criação de universidades em Goiás.

¹⁰ A ocupação do Estado de Goiás, assim como dos demais Estados, iniciou-se muito antes da chegada dos colonizadores europeus. (Moura, 2006, p.19) [...] Há de se levar em conta, a população que já habitava estas terras desde tempos remotos. Entre os grupos da época, Pohl (1976) faz referência aos Goyás, Krixá, Kayapó, Xavante, Araés, Conoeiro, Apinajé, Capepuxi, Temimbó, Amadú, Xerente, Tapirapé, Poxeti, Karajá, Gradaú, Tecemedu, Guiaguçu, Porecramecrã, Curemocrã. Além desses grupos, há de se acrescentar ao Akroá e Xacriabá. (MOURA, 2006, p.60).

a ideia da propriedade da terra urbana nas mãos do poder público; as imigrações rurais em massa, superando a expectativa planejada para 15 mil habitantes, inicialmente, e 50 mil, posteriormente para ocupar o espaço do plano-piloto de Goiânia, [...] a forte demanda por espaço para morar elevou o preço da terra urbana e transformou a especulação do solo em uma das atividades econômicas mais rentáveis da cidade, devido ao fraco desempenho industrial. (DAHER, 2003, p.211).

O lançamento da pedra fundamental, no dia 24 de outubro de 1933, seguida de rápida progressão na construção, a 7 de novembro de 1935, foi realizada a mudança provisória, tendo o governador fixado residência em Goiânia. O Judiciário e a Câmara permaneceram em Goiás até a mudança definitiva, em 1937, quando foram entregues as obras dos principais edifícios públicos.

O projeto de Goiânia¹¹ seguiu a metodologia da escola francesa de urbanismo, com matiz no efeito monumental advindo da configuração radial, valorizando o Centro Cívico, emoldurado por grandes edifícios. O setor central foi planejado para acolher várias atividades, dentre as quais o Centro Administrativo e o Palácio do Governo. Abrigou, também, uma zona de comércio e serviços, e uma zona residencial.

¹¹ O nome Goiânia é formado a partir do nome da tribo indígena autóctone (os goiás) adicionado do sufixo coletivo latino ania. Essa terminação, tradicional na denominação que os romanos davam a povos conhecidos (Germani, Aquitania, Renania, Brittonia), chegou-nos por meio de nomes históricos, mas não é mais utilizada contemporaneamente com a mesma ênfase do pólis grego ou do esdrúxulo anglicismo lândia (Anápolis, Sancrelândia, Mozarlândia etc.). (UNES, 2001, p.73).



Partindo de um recinto do Palácio das Esmeraldas, em direção às possíveis modificações nos vínculos sociais durante do regime militar autoritário goianiense, encontramos-nos numa cidade.

O dramatismo das relações espaciais torna-se evidente na sensação oposta perante aquilo que vemos para além da existência de um local delimitado. O espaço cercado pelas colunas e meios, muitas vezes utilizados com extrema fragilidade, transformou-se no centro político-administrativo da cidade, com habitantes majoritariamente de origem rural.

Surge no panorama exterior da avenida Goiás uma dimensão extra, com árvores no jardim, numa disposição racionalizada de todos os espaços que parecem ser contrárias à própria natureza humana. O trânsito das pessoas pelas ruas causa um impacto direto sobre suas emoções. Os próprios edifícios criam uma sequência de espaços que estimula o sentido de posição ao transitarmos de um espaço mais estreito para um espaço amplo e, daí, novamente para um espaço mais estreito.

A zona mais importante da cidade, por isso, localiza-se no Setor Central e reúne num espaço, num mesmo ponto, as repartições públicas, sejam elas de esfera federal, estadual ou municipal. Essa organização dos edifícios públicos, em um só local, foi bastante recomendada pelos urbanistas franceses do início do século XX, para facilitar, agilizar os serviços públicos utilizados pelos cidadãos. (DAHER, 2003, p.97).

Ainda que lentas, as transformações econômicas e sociais são profundas. Contrasta ao abandono das casas rurais substituídas pelos edifícios verticalizados e aumento das facilidades e distrações. A vida na cidade envolve, também, a maneira como reagimos aos vínculos e às particularidades nas relações humanas em suas realizações no espaço urbano. De modo que,

O crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estende suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. O agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, *o tecido urbano*, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. (SIMMEL, 2005, p.17).

Em virtude da forma de organização da vida na grande cidade, oposta à vida na cidade pequena e no campo, a cidade¹² apresenta, geograficamente, a centralidade dos institutos político-administrativos vitais à existência do Estado, em um fluxo contínuo, que necessariamente circula no coração da cidade.

Dentre todas as obras humanas – não excluído sequer o Estado -, obra de arte apresenta a unidade mais coerente, a totalidade mais autossuficiente, pois conquanto este posa, sob circunstâncias especiais, basta a si mesmo, ele não absorve inteiramente seus elementos em si, impedindo que cada um tenha ainda uma vida particular, com interesses particulares: nos vinculamos ao Estado apenas com uma parte de nossa personalidade; outras partes se voltam a outros centros. (SIMMEL, 1998, p.12).

Neste organismo, o povo é o responsável por conduzir todos os elementos essenciais para os órgãos vitais, permitindo o transporte e a distribuição dos interesses individuais e coletivos. As pessoas formam o sangue pulsante que percorre as vias abertas na cidade.

¹² A capital goiana deveria ser administrativa, comercial e industrial. Os dois primeiros se concretizaram, mas Goiânia não se tornou um centro industrial e, sim, um importante polo comercial de bens industrializados na região central do país. Ela seria também um espaço cultural, de lazer e de prestação de serviço para as classes média e alta, que não dispunham de um centro urbano em Goiás para usufruir desses benefícios. Essa finalidade, Goiânia cumpriu plenamente. (DAHER, p. 283).

A sociedade urbana define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, com horizonte, como virtualidade iluminadora. (LEFEBVRE, 1999, p.28).

Na vida¹³ moderna da cidade, a dimensão existencial da pessoa encontra-se mergulhada na busca pela preservação da autonomia circunscrita no todo social, em uma sociedade nos quais fatores históricos e culturais aliam-se à técnica impiedosa e cotidiana. As imagens, em todos os lugares, nos espaços públicos e privados, vão passando despercebidas, circunstancialmente no plano onde estão situados os hábitos recobertos pelo verniz das alterações cotidianas. Nesse processo,

O universo fotográfico está em constante flutuação e uma fotografia é constantemente substituída por outra. Novos cartazes vão aparecendo semanalmente sobre os muros, novas fotografias publicitárias nas vitrines, novos jornais ilustrados diariamente nas bancas. Não é a determinadas fotografias, mas justamente à alteração constante de fotografias a que estamos habituados. Trata-se de novo hábito: o universo fotográfico nos habitua ao 'progresso'. Não mais percebemos. Se, de repente, os mesmos jornais aparecessem diariamente em nossas salas ou os mesmos cartazes semanalmente sobre os muros, aí sim, ficaríamos comovidos. O 'progresso' se tornou ordinário e costumeiro; a informação e a aventura seriam a paralisação e o repouso". (FLUSSER, 2011, p.87).

Em Goiânia, o centro comercial se destaca numa figuração. Desenvolve-se ao redor do centro geométrico da cidade, tomando a Avenida Goiás e a Avenida Anhanguera como eixos principais. Nesse processo,

[...] a rede de ruas neste trecho foi pensada para um trânsito mais intenso e ainda com a possibilidade de alargamento futuro, sem desapropriações. Todas as quadras desta zona dispõem de áreas internas públicas, para uso do comércio, que poderá fazer a descarga de mercadorias, evitando os longos estacionamentos na via pública e conseqüentemente a interrupção do tráfego. Assim, também, a coleta de lixo far-se-á livre do desagradável aspecto que apresenta [...] (DAHER, 2003, p.15).

¹³ Horroriza-nos o embrutecimento da vida, mas a ausência de todo e qualquer costume objetivamente obrigatório força-nos por toda a parte a modos de comportamento, falas e avaliações que são bárbaros de acordo com o critério do que é humano, e desprovido de todo tacto, até mesmo segundo o duvidoso critério da boa sociedade. [...] A sujeição da vida ao processo produtivo impõe de maneira humilhante a cada um algo do isolamento e da solidão que somos tentados a considerar como o objeto de nossa superior escolha. (ADORNO, 1992, p.21)

No império de bens e serviços, o homem se torna mais um algarismo da própria criação numérica estampada na etiqueta daquilo que lhe é imposto para tentar se distinguir no limite opaco das necessidades artificiais.

O outro torna-se a cada passo mais desconhecido, mais distante e menos percebido na medida daquilo que o torna verdadeiramente vivo em sua existência, de modo a acrescentar a força necessária para o esmigalhamento dos vínculos de alteridade no espaço laboral.

Nas individualidades emergentes da cidade grande, formam-se as sementeiras do fundamento psicológico¹⁴. Encontram-se explícitos por uma intensificação da vida nervosa, que é resultado das alterações contínuas e velozes das impressões internas e externas. Estas condições psicológicas florescem na cidade grande, segundo Simmel (2005, p1) “a cada saída à rua, com a velocidade e às variedades da vida econômica, profissional e social”.

¹⁴ O fundamento psicológico sobre o qual se eleva o tipo das individualidades da cidade grande é a intensificação da vida nervosa, que resulta da mudança rápida e ininterrupta de impressões interiores e exteriores. O homem é um ser que faz distinções, isto é, sua consciência é estimulada mediante a distinção da impressão atual frente a que lhe precede. As impressões persistentes, a insignificância de suas diferenças, a regularidade habitual de seu transcurso e de suas oposições exigem por assim dizer menos consciência do que a rápida concentração de imagens em mudança, o intervalo ríspido no interior daquilo que se compreende com um olhar, o caráter inesperado das impressões que se impõem. (SIMMEL, 2005, p.1).



Em função da conveniência, a maioria das pessoas não se deixam restringir por um mundo de conceitos. As estradas são destinadas ao trânsito de pessoas e coisas e os edifícios destinados às relações sociais e de trabalho. Verificamos uma ocupação com fins sociais e comerciais também no exterior desses recintos.

As causas mais frequentes da apropriação do espaço são abrigo, sombra, convivência e um ambiente aprazível. O fato desses elementos possuírem caráter permanente contribui para diversos tipos de ocupação da cidade. Na Avenida Goiás de 1952, temos um exemplo de ocupação periódica.

Pequenos grupos de pessoas nos mostram os momentos de convívio que estão inseridos de forma permanente no tecido urbano. Os postes e os bancos que fazem parte do mobiliário são fundamentais para uma apropriação de natureza estática. Mesmo com um grau fraco de ocupação do território, o mobiliário permanente indica que a cidade possui um caráter mais humano e diverso.

A torre do relógio ergue-se nos espaços vazios do céu. Este fator contribui para uma sensação de exposição e isolamento. A vegetação exuberante das árvores esconde as pequenas construções, fundindo-se numa atmosfera íntima e cordial.

Numa imagem que transmite vitalidade e calor humanos, vemos a constante padronização dos hábitos e do trabalho especializado no tecido urbano, na indiferença que realiza as distâncias e afastamentos. O verniz da necessidade imediata recobre a coexistência.

A atividade de nossa alma responde, contudo, a quase toda impressão vinda de outro ser humano com uma sensibilidade determinada de algum modo, cuja inconsciência, fugacidade e mudança parece suprimi-la em uma indiferença. (SIMMEL, 2005, p.3).

A confiança sede lugar à desconfiança, à segurança, à insegurança. O espírito foi, então, carcomido pelo valor da posse. O outro é percebido como meio de se chegar àquela parcela ou quinhão. Este elemento está presente, nas casas ou nas ruas, no universo masculino ou no universo feminino, presentes no sagrado e no profano, no público e no privado, no trabalho ou no lazer.

Pois o dinheiro indaga apenas por aquilo que é comum a todos, o valor da troca, que nivela toda a qualidade e peculiaridade a individualidades, enquanto que as relações de entendimento contam os homens com os números, com elementos em si indiferentes que só possuem um interesse de acordo com suas capacidades consideráveis objetivamente. (SIMMEL, 2005, p.2).

As bases sensíveis da vida anímica são fornecidas em função da organização própria dos homens que executam distinções caracterizadas por qualidades opostas da vida na cidade pequena e no campo, conforme uma natureza ôntica do gênero mais lento e habitual.

Com isso se compreende, sobretudo, o caráter intelectualista da vida anímica do habitante da cidade grande, frente ao habitante da cidade pequena, que é antes baseado no ânimo e nas relações pautadas pelo sentimento". (SIMMEL, 2005, p.1).



Seguindo pela Avenida Goiás, chegamos à Praça do Bandeirante. Uma distorção intencional da escala causada pelo gigantismo que gera impacto por meio de uma experiência irreal.

Esta praça divide as distâncias em duas partes iguais, proporcionando uma discrepância no ângulo de visão dos habitantes. Uma divisão no ângulo de visão remete a partes iguais e faz com que os as pessoas tenham uma sensação do ponto de transição. Estas sensações estão manifestadas sob a forma de claustrofobia ou agorafobia.

Dentro ou fora dos edifícios, os hábitos ininterruptos instalam-se nos cantos mais íntimos e esquecidos do entendimento da alma. E uma sublime capacidade de adaptação inunda o ânimo mais conservador, tornando-o incapaz de não aceitar o ritmo contínuo da cidade.

Na fotografia acima, a figura indiferente do Bandeirante sugere uma confirmação. Elemento definidor em torno do qual aparece uma combinação caótica de carros, pessoas e edifícios.

A cidade permanece sendo o espaço privilegiado de consenso entre os domínios do entendimento nos princípios monetários. Percebemos uma objetividade no tratamento de homens e coisas. A importância da concentração e da diversidade da troca econômica é notável. O fator que individualiza fica envolto por uma indiferença pura e simples no entendimento lógico. Nesse processo,

o tipo do habitante da cidade grande – que naturalmente é envolto em milhares de modificações individuais – cria um órgão protetor contra o desenraizamento com o qual as correntes e discrepâncias de seu meio exterior o ameaçam: ele reage, não com o ânimo, mas, sobretudo, com o entendimento, para o que a intensificação da consciência, criada pela mesma causa, propicie a prerrogativa anímica. Com isso, a reação àqueles fenômenos é deslocada para o órgão psíquico menos sensível, que está o mais distante possível das profundezas da personalidade. Essa atuação do entendimento, reconhecida, portanto, como um preservativo da vida subjetiva, frente às coações da cidade grande, ramifica-se em múltiplos fenômenos singulares. As grandes cidades sempre foram o lugar da economia monetária, porque a multiplicidade e concentração da troca econômica dão ao meio de troca uma importância que não existiria na escassez da troca no campo. (SIMMEL, 2005, p.2).

O espaço urbano fornece o contraste que torna nítidos encontros e desencontros, entre a rigidez fixa no tempo que retira da infância um sorriso e borra a caricatura do pequeno burguês no ritual mágico do acúmulo em troca de serviços precários que mal se escondem no tempo congelado em preto e branco e revela consumidores apáticos que retiram da paisagem urbana toda uma rede de interesses elaborados previamente.



No trânsito de pessoas e coisas entre os edifícios, notamos as relações sociais e de trabalho. Os habitantes fazem o que convém, quando convém. As pessoas em movimento sugerem monotonia. Os recintos sintetizam a polaridade entre pés e pneus.

Persianas enriquecem as janelas dos recintos. Sossego e tranquilidade estão ausentes. O recinto é o objetivo da circulação. Sem ele, o tráfego ficaria absurdo. O nivelamento dos ânimos entre as pessoas fica impregnado pela individualidade. Litígios contidos são percebidos nas relações interpessoais. São de ordens numéricas e indiferentes ao espírito. *Per faz et nefas* consideradas nas capacidades observáveis.

O habitante da cidade grande conta com seus fornecedores e fregueses, seus criados e mesmo frequentemente com as pessoas de seu trato de dever social, em contraposição ao caráter do círculo menor, onde o conhecimento inevitável das individualidades cria também, inevitavelmente, uma coloração plena de ânimo do comportamento, um estar para além da mera consideração das capacidades e compensações. (SIMMEL, 2005, p.2).

A despeito, porém, da tevê e do rádio, seu principal objetivo é educar e criar hábitos, ao revés do que ali se vê anunciado no *outdoor*, toda quanta altissonante ação predatória. E porque eram, ou foram ou haviam de ser aquelas propagandas?! É uma espécie de monopólio do pensamento pela linguagem que exerce uma função de neutralização de expressão dos cidadãos.

A mais trilhada e conhecida relação freguês-mercadoria forma o vazio causado pelo distanciamento e ausência entre pessoas completamente desconhecidas. No lugar e no tempo dos desencontros, pessoas que jamais tiveram a chance, de juntas, estarem presentes pessoalmente.

O espírito moderno tornou-se mais um espírito contábil. Ao ideal da ciência natural de transformar o mundo em um exemplo de cálculo e de fixar cada uma de suas partes em fórmulas matemáticas, corresponde à exatidão contábil da vida prática, trazida pela economia monetária. (SIMMEL, 2005, p.2).

A vida urbana toma a forma de um gás nobre que, combinada aos compostos do trabalho especializado, resulta em comparações e cálculos no dia a dia das pessoas. A marcação do tempo em relógios portáteis e o reducionismo quantitativo fermenta aquele composto constituído mediante a acumulação na massa urbana.

Assim, a técnica da vida na cidade grande não é concebível sem que todas as atividades e relações mútuas tenham sido ordenadas em um esquema temporal fixo e supra subjetivo. (SIMMEL, 2005, p.2).

O encontro se torna o espaço da ostentação. A política, um ponto concreto, uma data marcada e representada, tão incerta quanto os cochichos que insistem e parecem aumentar quando as pessoas estão em turba crescente e desordenada a se movimentar pela tração animal que aquece o contínuo monótono das máquinas. Na exatidão e precisão da vida, assim vivida, ocorre a formação da mais alta impessoalidade.

Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa. Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas. (SIMMEL, 2005, p.3).

As cidades formam o local da mais elevada divisão econômica do trabalho, aparecendo como um centro de circulação de dinheiro que estimula as pessoas ao máximo da atuação nervosa. A esfera da indiferença parece ser protegida pela apatia e realiza as distâncias e os afastamentos que garantem precisamente às pessoas uma espécie e uma medida de liberdade.

A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua. Se a rua pôde ter esse sentido, o encontro, ela o perdeu, e não pôde senão perde-lo, convertendo-se numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestre (encurralados) e de automóveis (privilegiados). A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestre, ainda tolerada, é aí determinada e marcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo torna-se o 'tempo mercadoria', tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido. A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. (LEFEBVRE, 1999, p.31).

Na cidade está o clamor por liberdade e igualdade nas leis que fermentam a ordem nacional. A divisão do trabalho causa um tipo de diferenciação social. Deparamo-nos com a natureza do engenho interior e exterior da vida cultural, onde os valores cultivados são como uma força motriz e uma característica natural via influência inteligente que ultrapassa as próprias fronteiras. Isso subleva o propósito na significação, elevação e refinamento de certas energias humanas, processo no qual,

em primeiro lugar, parece evidente que coisas impessoais só podem ser comparativamente designadas enquanto cultivadas posto que aquele desdobramento do dado para além da fronteira de sua mera vida natural, realizado mediante a vontade e o intelecto, compete finalmente apenas a nós mesmos ou àquelas coisas, cujo desenvolvimento se liga a nosso impulso e que retroativamente estimula o sentimento. (SIMMEL, 1998, p.2).

Os bens materiais de cultura¹⁵ não se desenvolvem pela própria força, mas, sim, pela vontade e sentimento nas escaramuças das ideias das pessoas. Se, porém,

¹⁵ Os conteúdos da cultura são constituídos por aquelas formações, a cada uma das quais está submetido um ideal autônomo. Isto, no entanto, observado da perspectiva do desenvolvimento de nossas forças – sustentado por essas formações e que adquire movimento de nossas forças – sustentado por essas formações e que adquire movimento por meio delas – para além do que consideramos meramente natural. Na medida em que o homem cultiva os objetos, faz deles imagens: na medida em que o desdobramento das energias destes objetos é válido

são comuns os interesses e as pretensões, procedem os nomes usados para identificar as ruas e avenidas, qual significação aos gêneros oligárquicos quando, finalmente, ousamos, de acordo com Aquino (2011, p.165) “considerar que governar é conduzir convenientemente ao devido fim o que é governado”.

Sob nossos olhos, o projeto urbanístico de Goiânia foi elaborado marcadamente sob influência francesa, da desorganização ocorrida nas cidades europeias, no fim do século XIX, à exemplo da França. Nesse processo,

Antes da industrialização, as diferentes classes sociais existentes se pulverizavam nos espaços rurais e nas cidades, as quais ainda não tinham adquirido a dimensão e a complexidade de hoje. Após a revolução industrial, as classes sociais foram obrigadas a dividir o mesmo espaço urbano, pois este era a sede natural das atividades industriais. Essa proximidade atemorizava as classes mais abastadas, devido ao largo desequilíbrio econômico, social, cultural e também devido a ameaça à saúde pública. A população pobre ocupava as áreas mais densas das cidades, desprovidas de saneamento básico e em habitações de baixa qualidade, (sem iluminação e ventilação naturais e nenhuma vegetação). As cidades eram poluídas pelos ruídos dos veículos e fumaça das fábricas. A solução encontrada em algumas cidades foi desfigurar o tecido urbano com a abertura de largas vias, com a destruição de seu conjunto arquitetônico secular, com o prolongamento de seu espaço urbano até as rodovias, ferrovias e portos marítimos. Toda essa destruição era justificada para a criação de um novo traçado urbanístico compatível com as atividades industriais e as exigências sanitárias. (DAHER, 2003, p.52).

Cada vez mais, a aspereza dos produtos e aparelhos envolvem e preenchem a vida e as experiências dos habitantes das cidades, disto não sendo necessária alguma comprovação específica. Ainda na cidade, observa-se o trivial nos brumados da superficialidade na esfera social ou mesmo íntima, e, portanto, menos sérias e desinteressantes. “A esta categoria pertence o fato de a máquina ter se tornado muito mais inteligente que o trabalhador”. (SIMMEL, 1998, p.4).

A vida exterior ficou envolvida por um número cada vez maior de objetos impregnados por um espírito objetivo no desenrolar de seus processos produtivos numa extraordinária expansão da matéria. Num tempo em que forças opostas se encontraram diante de manobras políticas e estratégias de governo. Sempre presentes, os interesses internacionais contribuíram com empenho de industrialização e nacionalização formal da economia brasileira.

como processo de cultura, este constitui apenas o lado visível ou o corpo para o mesmo desdobramento de nossas energias. (SIMMEL, 1998, p.3).

Nesse quadro, estão evidentes matizes de violência, conspirações, influência militar, ameaça de invasão externa e persuasão dos civis. A educação formal ajudou na composição deste quadro.

E, no âmbito puramente espiritual, os homens mais eruditos e mais dados à reflexão também operam assim, com respeito a um número sempre crescente de representações, conceitos e proposições, cujo sentido e teor conhecem apenas parcialmente. [...] O acervo da cultura objetiva é aumentado diariamente e de todos os lados, enquanto o espírito individual somente pode estender as formas e conteúdos de sua constituição em uma aceleração contida, seguindo apenas de longe a cultura objetiva. [...] Aqui temos um acirramento da relação enigmática que existe entre a vida e os produtos de vida da sociedade, por um lado, e os conteúdos fragmentários da existência dos indivíduos por outro. Nas línguas e nos costumes, nas constituições políticas e nas doutrinas religiosas, na literatura e na técnica, é acumulado o trabalho de incontáveis gerações, enquanto espírito tomado objetivo. (SIMMEL, 1998, p.5).

Do trabalho se leva o quanto se pode ou se quer, tendo em vista a impossibilidade de esgotamento deste conteúdo por parte de apenas um indivíduo, onde se verificam, também, as mais e variadas relações nas dimensões do acervo cultural. A conclusão do produto se realiza na medida do desenvolvimento do produtor.

Querendo concentrar este fenômeno e a força de sua aparição atual em um único conceito, este atenderá por: divisão do trabalho, e tanto em sua significação no âmbito da produção como no âmbito do consumo. (SIMMEL, 1998, p.10).

A grande especialização faz com que surjam inadequações na forma de existência do trabalhador. Os produtos concebidos num jeito fragmentário se desligam do próprio trabalhador no plano da alma e na obra de um único homem.

O trabalhador deixa de ter uma visão completa do que realiza. O que aparece, apenas é uma forma parcial da própria existência. O produto muito especializado possui seu conceito vinculado a outros produtos. Deixa de lado a unicidade diante da junção de elementos produzidos separadamente.

Os objetos da cultura tendem cada vez mais a um mundo coerente em si, que se liga a um número cada vez menor de pontos na alma subjetiva com sua vontade e sentimento. (SIMMEL, 1998, p.13).

Aviltamento de alguns dos preceitos mais nobres e hipocrisia são marcas bem sucedidas do ritmo apressado na comunicação impessoal. Diplomacia e comércios emergem dos aspectos indiscutivelmente presentes nas artificialidades das relações.

As pessoas são mais que apenas indivíduos. São, assim, parte de um todo. O habitante é um *ens sociale*, naturalmente compelido a se agrupar. É ser independente com autonomia ôntica. É na comunidade que a cultura cresce e se desenvolve.

Em sua maioria, os cidadãos mostram-se capazes de viver sob qualquer regime político. Embora haja sempre exceções, existem pessoas que não se contentam com algumas formas de governo. Inúmeras são as circunstâncias que dividem opiniões. Descontentamentos são frequentes. E, ausência de esclarecimento parece ser, historicamente, general.



Helis de Oliveira

Avenida Anhanguera © 1954

Ao longo do percurso da avenida, grupos compactos de edifícios resultam numa espécie de pressão que estabelece uma atmosfera de recinto pela divisão da

cidade em zonas bem definidas. Essa secção não impede o trânsito de pessoas ou veículos.

Os prédios ao largo de longas avenidas podem provocar uma sensação de constrição, pouco comum, nos habitantes menos acostumados com a vida na metrópole.

Entre os cidadãos, não raro encontrarmos ofícios, como: carroceiro, tecedeira, costureira, ourives, pintor, escultor, lavadeira, cardeal, senador, deputado. Na cidade, estão, igualmente presentes, as virtudes e os vícios: a ira, a cólera, a gula, a cobiça, a temperança, a justiça, a caridade, a fortaleza, a inveja, a soberba.

Determinados personagens têm a particularidade de ser ao mesmo tempo evocativos e ao mesmo tempo inconfundíveis. No meio do traçado das ruas, o policial está atento ao movimento da cidade. Evoca a presença do Estado. É um símbolo da garantia da ordem pública, da segurança coletiva.

A história da cidade mostra-nos que ela está sujeita a várias mudanças, não só nos elementos estruturais de que se compõe, mas, também, na esfera da sociabilidade. O poder está disperso nas relações entre as pessoas. Está disperso no feixe complexo das relações intrínsecas à vida social e sua forma de organização.

As pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. (FOUCAULT, 2011, p.280).

A sociabilidade está repleta de significações e conteúdos individuais e coletivos. O modo de ver e encarar o mundo, as pessoas e os recursos disponíveis são elementos que indicam formas específicas de como fazer e do que fazer. As pessoas significam o mundo a sua volta. Isso faz com que meros atos tornem-se *per se* atitudes extremamente políticas.



Helis de Oliveira

Avenida Paranaíba com Avenida Goiás © 1953

Ainda na década de cinquenta, os operários trabalham na pavimentação da Avenida Paranaíba. O pôr-se uma cidade em lugar da vegetação de cerrado, com temperatura média de trinta e dois graus anuais, sugere alguma determinação do espírito e função principal e característica, ao seu valor estratégico.

O intenso fluxo migratório proveniente do Leste e Nordeste do país se une aos primeiros moradores e combinam-se ao processo de urbanização da cidade de Goiânia. Outros fatores importantes referem-se à abertura de vagas de trabalho provenientes da construção do Distrito Federal, em 1960, aumento da rede viária e investimentos no setor agrário. De modo geral,

o período que se estende de 1930 a 1964 pode ser caracterizado por um relativo equilíbrio entre política e economia. Isto é, equilíbrio entre o modelo *populista* de Getúlio Vargas e o modelo expansionista caracterizado pelo avanço da indústria de base. (XAVIER, 1994, p.215).

Os automóveis invadem a cidade, introduzindo uma nova estética na paisagem urbana. O universo das pessoas vai-se reduzindo aos estreitos calçamentos de um lado e de outro das ruas e avenidas. O espírito humano é esmagado pelo bem econômico. A impessoalidade impregna a vida na cidade. As pessoas se perdem no anonimato. Os títulos, as posses são arautos da identidade, sem os quais as pessoas submergem no invisível mundo da indiferença coletiva. São pessoas sem nome, seres invisíveis, joão-ninguéns, consumidores, clientes e fregueses.

Dia a dia, cresce, na cidade, a mão de obra obsoleta à mercê dos desejos arquitetados para satisfazer os gostos classificados e categorizados. As vitrines e as instituições vendem, em uma incrível velocidade, os sonhos fabricados, com número certo e com data de validade. A cidade também é lugar dos desejos acessórios e do consumo do supérfluo que movimenta milhares de dezenas em moeda.



Hélis de Oliveira

Igreja Ateneu Dom Bosco © 1950

Tanto aviltamento e tanta força bruta. Tudo isso está presente nas ruas e avenidas de Goiânia. Indigentes, analfabetos, doentes misturam-se aos belos e modernos edifícios em estilo *arte déco*. As prioridades individuais entoam o ritmo das

multidões. Além disso, a lei escrita diferencia-se dos costumes. A política do lucro exorbitante cria um abismo profundo entre os habitantes e monta uma cidade de fachada, onde a vida não vive, mas insiste em viver.

Ao observar uma multidão próximo ao Lago das Rosa, na fotografia de em 1967, cumpre indagar sobre a utilidade da vida social e das intenções de qualquer governante: - "Não sabeis que um pouco de fermento leveda a massa toda?" (I Coríntios 5:6). A vida social em Goiânia parece-nos, generalizadamente, corrompida em seus valores mais nobres. A alteridade apresenta-se dissipada em esparsos nódulos de esperança.

1.2 Considerações sobre a vontade humana



Manifestação, primeiro de maio de 1968.

Ao admitirmos a sociabilidade como ponto central de nosso trabalho, cabe-nos caracterizar o que seria uma boa vontade perfeita, ou uma vontade incondicionada, indagando a possibilidade de uma vontade boa por excelência poder ser universalizada, ou ainda, poder vir de forma natural ou na forma de uma inclinação ou de um dom. E, mais ainda, se a boa vontade é louvável ou vem por coação.

Algo só é racionalmente bom, do ponto de vista kantiano, desde que venha desprovido de qualquer inclinação e afastado da ideia de dom ou qualquer limitação possível. Caso seja possível essa bondade que é racionalmente posta, chegaremos à ideia de boa vontade. Em primeiro lugar, não pode ser limitada e não pode ser fruto da inclinação humana, ou seja, não pode vir por efeito de inclinação.

Nesse sentido, é preciso evitar responder se somos assim por força do que aprendemos com nossos ascendentes ou como resultado do processo educativo. Outra possibilidade está na conjectura de fazermos algo, simplesmente levados por uma energia incompreensível ou uma circunstância econômica, de tal modo que não seja possível explicar esta ocorrência, ou ainda, levados por aquilo que nos impulsiona acharmos ser esta greve, ou aquela mobilização, o melhor caminho. A boa vontade não é fruto de coação externa ou interna.

Na medida em que dizemos que só fizemos o que fizemos por sofrermos uma pressão política ou porque sentimos uma força interior, afasta a ideia de boa vontade, uma vez que ela não pode sofrer nenhuma limitação interna ou externa. A boa vontade tem que ser racionalmente bem posta.

A ideia de ganhar alguma coisa em troca para poder realizar uma boa ação, não aponta para o bom do ponto de vista da vontade perfeita, apenas indicando tratar-se de uma boa ação como vontade imperfeita.

A vontade imperfeita representa toda aquela vontade desejosa que sofre inclinação e é condicionada e interesseira. É, também, particularista. Ela é limitada e opera com um conteúdo variável. Assim como são variadas as ações de grupos de interesses opostos.

Nem por isso, esse conteúdo deixa de ser razoável. Isso porque o trabalhamos pela ideia do aceitável e do inaceitável para nós. O fato de serem realizados atos louváveis para nós, não implica dizer boa vontade.

Algumas características nos ajudam a explicar o que é o condicionado e o incondicionado¹⁶. Ao recuperar, aqui, a lógica do razoável, encontraríamos algo como

¹⁶ Não pode ser limitado. Não pode ser veiculado a qualquer mobile de interesse. Não pode ser realizado tendo um fim previsto, desejoso. Mesmo que seja louvável para o grupo. Eu pode se pensar em pretensão. Tendo que despir essa realização de qualquer mobile de interesse possível. De maneira a realizá-la por dever. Então, renunciando o interesse nessa vontade de querer realizar algo por dever, temos diante de nós a vontade absolutamente boa, e, portanto, perfeita, de forma à universalizar a ideia de dever. Tal como é incondicionada, é universalista e é atemporal. Ela legisla universalmente. Dela é possível tirar boas legislações, por exemplo. Porque ela pode produzir o princípio que sirva a toda conduta humana. Então, é muito mais interessante e íntegro, o homem que se submete a uma ação que não tem predileção, e não tem uma categoria ou classe

sendo aquilo que é razoável para o povo goiano, pode não ser razoável para o povo paraense, ou nordestino, ou paranaense.

A ideia de um conteúdo variável está limitada aos aspectos culturais e à temporalidade. Aquilo que é bom do ponto de vista da realização e que toca na condição humana, como por exemplo, as regras de liberdade ou regras da racionalidade, é o que, verdadeiramente, se universaliza. É aquilo que vale para qualquer homem, em qualquer lugar ou em qualquer tempo.

Nessa ideia, temos um convite para a realização do dever do ponto de vista da universalidade, fazendo superar aquela outra ideia que convida o homem para um mero ganho imediato. A educação é condicionada porque responde a esses imperativos hipotéticos.

Os imperativos hipotéticos estão presentes todas as vezes que trabalhamos com esquemas do tipo se \rightarrow então, ou se A então B ($A \rightarrow B$), por exemplo: se fizermos passeatas, então ganharemos aquilo. Se você parar no sinal fechado, não ganha multa, ou então, se ultrapassarmos o sinal fechado, seremos multados. Se aderir a determinado partido político, então será premiado.

Deste modo, toda vez que estamos trabalhando essa relação de realizar uma ação e temos em vista uma ideia de bônus ou de ônus, percebemos a ocorrência dos imperativos hipotéticos presentes, mesmo na ideia de relação e distribuição, de modo que teremos ações realizadas em função de condicionamentos.

A legislação de uma forma geral, principalmente as legislações que dão conta do Direito Positivo, opera tendo em vista realizações humanas semelhantes. Isso porque o homem é condicionado. O homem é interesseiro. Kant percebe que o homem sendo, interesseiro, não pode viver sem uma legislação.

Nós precisamos da vontade como legisladora universal bem estabelecida para que o imperativo categórico seja movimentado e a ética de princípio seja compreendida, também pelas políticas internacionais e os tratados internacionais. Este princípio funciona como um repertório de recebimento ou acolhimento de direitos humanos como distinção da compreensão do Direito por meio do discernimento da boa vontade.

específica, mas que qualquer homem pode se subordinar a ela – internalizar isso como um bom princípio, do que, por exemplo, pode produzir uma legislação que resolve o problema de um grupo específico, mesmo que louvável, mesmo que produza bons efeitos ou bons resultados, vai atender a grupos específicos, a demandas específicas. Essa legislação não deixa de ser boa, uma vez que já produz resultados. Porém, ela não é universal.

Na primeira sessão da obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, o imperativo categórico é preparado. Na segunda sessão, ocorre a movimentação do imperativo categórico.

A primeira sessão movimenta a concepção de uma estrutura mais filosófica sobre a vontade como regra de dever. Kant nos apresenta, em primeiro lugar, que só existe uma coisa boa, e pode anunciar algo despido de preconceito, limitação, caso venha incondicionada, não visando algo para que se materialize ou se consume do ponto de vista do discernimento humano, de modo que, para realizá-la não se coloque nenhum *mobile* nesse mecanismo.

Esse *mobile* é uma potência que faz com que sejam ativadas certas capacidades. É um mecanismo e também um movimento do interesse do querer por dever. É, por exemplo, uma vontade cívica por excelência. Uma vontade que está subordinada a uma legislação que é racional e que as pessoas apenas se conformam. Um querer internalizar essa boa legislação na vida cotidiana, se é que existe algum interesse nisso, seria o de conformar-se a esse pleito. Esse é o interesse pelo dever humano, o verdadeiro dever moral.

A ideia do razoável, anteriormente assentada, é utilizada para explicar esta situação. Por essa via, temos acesso à distinção daquilo que é puramente racional e racional completo, e que conduz à própria consequencialidade intrínseca, uma vez que o racional completo é puramente racional e pode ser visualizado no funcionamento da racionalidade no cotidiano.

Ao colocamos o plano racional sob o ponto de vista da afetividade, também percebemos o movimento dos desejos, e não somente o advento do interesse da pessoa humana. Desse modo, notamos, também, o movimento das paixões humanas. Dizemos assim, que temos um razoável porque destas estruturas estarem equilibradas.

Para que torne efetividade, o razoável da vontade racional precisa de uma vontade que movimente o desejo. Na vontade de forma mais completa, encontra-se o interesse. Assim, a vontade não é mais somente racional, porquê também movimenta as paixões, e movimenta, também, os interesses.

A vontade racional se acha nas multidões, na sociedade, no espaço político e no espaço econômico. Dessa forma, temos uma vontade completa e uma autonomia completa. Temos, portanto, uma vontade racional completa, tomada a partir de um

ponto maior, que é completada nas próprias práticas específicas. É neste quadro que temos uma vontade universalista que vale para todo homem.

Ao pensarmos o homem do ponto de vista da própria completude, o homem está em uma sociedade específica. Ele não se completa apenas na universalidade. Ele se completa quando sai do espaço universalista e se realiza em uma cultura específica. Dessa maneira, podemos pensar uma vontade completa que é perfeita porque não tem condicionamento. Dela depuramos as inclinações, os dons, as paixões. É esta vontade completa que movimenta o interesse e o desejo, e movimenta, também, a razão e a paixão.

Ao seguirmos rumo à estrutura da efetividade, temos o interesse e o desejo. A legislação que daí obtemos é razoável por conseguir resolver o problema do homem do ponto de vista do de seu próprio enquadramento naquilo que diz respeito a uma regra e ao mesmo tempo da possibilidade de existência da própria regra. É um projeto possível, porque concebe o homem do seu próprio ponto de vista. Do ponto de vista das paixões dele nos grupos, bem como nos enfrentamentos nos conflitos. Isso porque falamos de um homem completo, um homem que é em si desejoso e tem interesse de realização na própria existência.

Da vontade racional para a efetividade, produzimos a vontade como dispositivo, renunciando a mobiles internos do ponto de vista da realização, que é o dispositivo acionado para perceber se estamos próximos ou afastados dessa vontade.

Autonomia do ponto de vista da racionalidade, portanto, kantiana, pressupõe um movimento da vontade. É um querer que renuncia ao interesse do querer por dever. Por isso chamada de vontade racional. É renúncia de interesse no querer por dever, porque é imperativo. Desse modo, a legislação é universalista por ser uma monta que vale para todo homem e não para um grupo específico.

Só é bom do ponto de vista kantiano, aquilo que tem uma comunicação universal, ou quando nós estamos falando do ponto de vista da natureza. Porque qualquer homem, de qualquer local, vai dizer que o céu repleto de estrelas é belo.

Se alguém se questiona sobre o belo, certamente terá uma resposta vaga. Isso porque o outro é o ideal, e temos uma referência que parte de nós mesmos. Ideal, porque julgamos e nos colocamos em um ponto, ao dizermos simplesmente, sobre aquilo que é belo, respondendo à demanda.

Essa resposta não responde ao meu grupo, o que implica dizer que sobre vestimentas ou gostos pessoais não se pode responder àquilo que pode ser

universalizado. Aquilo que é de costume não pode ser universalizado porque, simplesmente, faz parte de um projeto possível para um grupo de modo visivelmente listado. E, aquilo que é tão específico de um ou de outro grupo, ou mesmo, dizer que este ou aquele grupo chegou a algo ou alguma coisa que seja realmente muito boa, não pode ser pensado como algo do qual o mundo todo se valerá por terem sido realizados por juízos do tipo aprazíveis e não aprazíveis, e por isso não são juízos possíveis de serem universais, justamente, por não haver comunicabilidade universal.

Capítulo II

O governo Vargas deixou os grisês do quadro político que seria colorido nos anos seguintes. O nacionalismo econômico foi a cor predominante. Composição sobre a qual estiveram combinados os valores tonais da equidade econômica e do debate criado em torno do reajustamento do salário mínimo.

Neste jogo de luz e sombras, as relações trabalhistas ligadas ao setor agrícola foram enfatizadas, de forma tal, que o ministro do trabalho tratou de começar uma organização dos trabalhadores agrícolas no estado de São Paulo, tendo em perspectiva um assustador retrato estatístico no qual o

maior índice de pobreza do Brasil era apresentado pelo campo, onde a renda e os serviços públicos eram muito precários em relação aos das cidades. (SKIDMORE, 1988, p.27).

A UDN chegara à meta de sua empresa com o afastamento de Vargas. O PTB içou o nacionalismo econômico e aos ventos de questões políticas vindas da trágica morte do presidente, zarpou ao encontro do futuro da organização dos partidos políticos.

Em 1955, assentada a poeira da crise, o PSD elegeu para um mandato de cinco anos o seu correligionário, Juscelino Kubitschek. Seu governo foi caracterizado pelo rápido crescimento econômico e pela criatividade que resultou em inovações, como a SUDENE, a repartição incumbida de executar a política de desenvolvimento para o Nordeste brasileiro. Juscelino foi o protótipo do político do PSD centrista; minimizou a ideologia e procurou atrair o máximo de apoio para a sua industrialização 'desenvolvimentista'. (SKIDMORE, 1988, p.28).

Em 1959, Juscelino rompeu os laços com o FMI¹⁷, abrindo as portas para o capital estrangeiro em setores industriais. A recusa ao programa de estabilização

¹⁷ E Em linhas gerais o FMI, tem o seguinte funcionamento: os países que dele participam têm, no Fundo, subscritas cotas, parte em outro, parte outra constituída pelo depósito da própria moeda. O total do depósito constitui a cota do País. Formada tal reserva, com a mesma o Fundo se permite auxiliar, em suas reais necessidades, os países que dele participam. Há, porém, séria limitação para a concessão de tais auxílios, pois eles não se operam, mecanicamente. Para a obtenção dos mesmos o País interessado há de justificar, amplamente, à necessidade. Deverá apresentar e justificar com minúcias a destinação do 'saque' informado, ainda, sobre o plano a ser posto em prática para debelar a dificuldade que tiver dado causa ao pedido de assistência, com as medidas adequadas a superação da crise. O Fundo, por sua vez, fará acurada verificação,

proposta por aquela instituição foi a mola propulsora para um fervescente alvoroço em todo país. Em 1961, Jânio assumiu o governo e, surpreendentemente, no mesmo ano, enviou uma carta de renúncia ao Congresso que elevou seu vice João Goulart à presidência.

Nesse tempo, João Goulart fizera uma viagem à República Popular da China. Logo, teve seu retorno vedado pelos três ministros militares, que transmitiram um anúncio sobre a não permissão em assumir a presidência. E, de fato, assumiu a presidência com poderes reduzidos. Logo em seguida, uma emenda constitucional foi aprovada e transformou o Brasil em república parlamentar. Apenas no início de 1963, via plebiscito, foi devolvido ao país o status de sistema presidencial. Ocasão na qual, restava menos e meio fôlego do mandato quinquenal ao presidente.

O cenário brasileiro na conjuntura das décadas de sessenta e setenta remonta um mosaico de peças talhadas e juntadas sob intensa violação de direitos civis, censura¹⁸ e eufemismo. Nesse processo,

a censura da imprensa acompanhou o auge da repressão – quando se pensa em cassações de mandatos parlamentares, suspensões de direitos políticos e prisões – que se verificou entre finais dos anos 60 e início dos anos 70. (CARLOS FICO, 2004, p.37).

Nesse mesmo período, a educação¹⁹ foi uma pedra angular entorno da qual sobrevieram intensas discussões, envolvendo diversas esferas da sociedade, cujo meridiano central foi a regulamentação de todos os níveis do ensino através da instituição da Lei de Diretrizes e Bases para ensino primário, ciclo ginásial, ciclo colegial e ensino superior. Nesse processo,

profundo exame do pedido de assistência financeira. Concedida a assistência o País beneficiário deverá reembolsar o FMI em prazo mais ou menos longo, isto é, 3 a 5 anos. Não é vedado a qualquer País, seja rico ou pobre, desenvolvido ou em desenvolvimento, o ingresso no Fundo. As reações, ali, por força da própria inspiração keynesiana, são, exclusivamente, econômico-financeiras. (SOUZA, 1979, p.554).

¹⁸ Não houve uma censura durante o regime militar, mas duas. A censura da imprensa distinguia-se muito da **censura de diversões públicas**. (FICO, 2004, p.37, grifo nosso).

¹⁹A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico o qual ela está destinada em particular. (DURKHEIM, 2011, p.53)

A mais longa discussão da questão da educação em nível nacional que já ocorreu neste país foi o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases. Começou em 1948, quando já se discutia o Projeto Mariani; incendiou-se a questão com o Substitutivo Lacerda; não se concluiu a polêmica com a promulgação da lei 4.024, em dezembro de 1961. O debate assumiu um papel questionador até 1964, quando ocorreu, com o golpe de Estado, o verdadeiro 'cala boca' nacional. A grande confrontação, na discussão da LDB, estabeleceu-se entre os privatistas do ensino e os educadores que defendiam a escola pública, gratuita e laica. (GÓES, 1987, p.13).

Em uma sociedade integrada em idioma, costumes e sentimentos, o autoritarismo se fez perceber de maneira mais contundente, pela interdição do aeroporto de Brasília e Santa Genoveva, em Goiânia.

As notícias eram muitas e grandes eram os boatos. A crise estabelecida nessa conjuntura não pôde ser transmitida nas emissoras de rádio. Dessa forma, foi tomada a decisão da transferência da Rádio Brasil Central para o Palácio das Esmeraldas em conjunto com o Serviço de Relações Públicas do Governo, que apresentou todo o movimento com exposições sucintas dos fatos mais importantes.

A notícia de que a brigada de paraquedistas atacaria Goiânia deixou o Governador Mauro Borges alarmado. Imediatamente, foi reforçado o policiamento do Palácio das Esmeraldas, e em toda a praça cívica. Canhões foram instalados e soldados montaram guarda.



Queda do Governo Mauro Borges – Goiânia: 1964.

O trânsito de automóveis foi proibido durante o dia nas imediações e durante a noite ficou proibida a movimentação de pessoas. A ação também adotou a instalação de um gerador, caso houvesse uma interrupção de energia elétrica proveniente de ataque de forças inimigas.

Medidas de interceptação e neutralização integraram os esforços para combater provável estratégia de ataque por tropas militares. O plano consistia na interrupção das rodovias e pontes de acesso entre Goiânia, Minas Gerais e Brasília, concentrando esforços em Cristalina, Itumbiara e principais estradas para a Capital.

A mobilização de forças fornecia potência necessária para o clima de tensão entre pretensões divergentes ao crepitar das chamas de incerteza, frustrações e inclinações ideológicas engendradas com mote na resolução das graves dificuldades socioeconômicas enfrentadas.

Observa-se que a tendência à modernização já vinha sendo forjada desde meados dos anos 50 com a criação do Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esse órgão elaborava modelos teóricos que viabilizassem o desenvolvimento interno do país através de uma ideologia nacional-desenvolvimentista. (XAVIER, 1994, p.214).

No lastro da grande depressão econômica e esforço bélico da Segunda Guerra Mundial, as fronteiras continentais foram rompidas, estabelecendo os contornos para a formação de blocos bem definidos.

No final da década de sessenta, o continente sul-americano assistiu aos acontecimentos que atingiram indivíduos e sociedades inteiras. É correto dizer, quanto ao desenvolvimento político e histórico das organizações políticas que,

a duração dos regimes militares implantados a partir de 1964, em alguns países da América do Sul, foi a seguinte: Brasil – 21 anos (1964-1985); Peru – 12 anos (1968-1980); Uruguai – 11 anos (1973-1984); Chile – 17 anos (1973-1990); Argentina – 17 anos (1966-1983). (GERMANO, 2005, p.48).

De forma particular e isolada, esses acontecimentos perpassaram ideais²⁰, separação e especialização dos espaços e abrangeram vários domínios -

²⁰ Há, é certo, uma personalidade plenária do homem, que não pode ser cindida: o homem é, ao mesmo tempo, um ser religioso, um ser moral, um ser jurídico, um ser estético e econômico, voltado para os valores da santidade, do bem, do justo, do belo, do útil, em sua dupla dimensão valor-desvalor, e juridicidade, intelecto e atividade prática. Mas é possível encarar apenas o aspecto funcionarizado do homem, a maneira por que se apresenta nas suas relações com outros homens. O homem pode agir corretamente no setor jurídico, mas não respeitar as máximas morais. A Moral focaliza os atos como reflexos da interioridade do homem; ao contrário, o

econômicos, geopolíticos, militares, partidários e educacionais. São nesses traços gerais, em forma de sociabilidade, que ocorreram nítidas alterações na forma de organização e condução dos partidos políticos em Goiás²¹, em função da expressiva ligação com o regime militar. Nesse processo,

a Economia, modernamente, e de forma mais sensível depois do advento do século XX, tomou tendências que a conduzem muito mais perto da Política. Ainda mesmo porque na sociedade moderna, paradoxalmente, atuam de forma preponderante dois elementos que, parece à primeira vista, opõem-se; na verdade, contudo, eles se completam: a *cooperação* e a *competição*. O homem vive grupado nos limites de uma sociedade política que cada vez mais exige a cooperação de todos com a finalidade de ser alcançado um ideal comum de vivência; mas, ao mesmo tempo, a competição se instala entre os homens, como imperativo da própria sobrevivência econômica. Então há que se admitir que os homens se grupam, hoje, porque possa haver, além mesmo a defesa individual, a segurança política. Grupados, todavia, porque, portadores das mesmas necessidades, passam a competir no desejo de melhor atendimento às suas predileções. (SOUZA, 1981, p.546).

Seixos de graves rupturas nas relações econômicas, com modificações nas articulações e mecanismos estatais, delinearam o papel do partidarismo político na formação da sociedade através de redefinições nos espaços políticos, sociais e nas organizações de classe e órgãos do governo.

Houve, no Brasil, a ação direta da elite orgânica empresarial²², via transmissão de valores que contribuíram com o direcionamento de normas jurídicas e reformas administrativas, encetando à modernização do aparelho estatal:

Direito focaliza externamente a intenção, pondera-a *ab extra*, segundo esquemas, tipos ou *standards*. (BATALHA, 1967, p.24.).

²¹ O sistema educacional era pouco melhor. A instrução primária e secundária era atribuição dos municípios e dos estados, mas menos de 10 por cento dos alunos matriculados no primeiro grau concluíam o curso primário, e apenas 15 por cento dos estudantes secundários conseguiam ir até o fim do curso. [...] Não causava surpresa o fato de as universidades do governo serem frequentadas em sua maioria por filhos de gente vem de vida. Com mais da metade das verbas para educação para as universidades federais, o governo na realidade trabalhava contra a ascensão social via educação. [...] O sistema educacional não somente deixava de cumprir as metas mínimas de alfabetização para o povo em geral, mas também não procurava preparar a força de trabalho qualificada que a industrialização reclamava. [...] A assistência à saúde era outra área esquecida. Na saúde, como na educação, os grandes contrastes eram entre a cidade e o campo. A população das cidades, mesmo os favelados, geralmente recebia mais serviços sociais do que os habitantes do campo. (SKIDMORE, 1988, p.33).

²² A ação da elite orgânica empresarial deve ser considerada como a praxe de um bloco burguês de poder, premeditada e cuidadosamente amadurecida durante vários anos. Trazendo à tona a dimensão orgânica e envolvidas (situação, posição e ação de classe), pode-se perceber e revelar a evidencia histórica do emergente bloco de poder multinacional associado forjando a sua própria forma de Estado. O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar, que se fez necessária para derrubar o Executivo e conter daí para frente a participação das massas. (DREIFUSS, 1981, p.230).

As táticas da elite orgânica compreendiam atividades que objetivavam efeitos em longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a ação estratégica política e militar lograr efeito. Duas modalidades de ação devem ser consideradas: ação ideológica e social; e ação político militar. As atividades ideológicas e sociais combinadas da elite orgânica consistiam em doutrinação geral e doutrinação específica, ambas coordenadas com atividades político-ideológicas mais amplas no Congresso, sindicatos, movimento estudantil e clero. (DREIFUSS, 1981, p. 231).

Seguindo nessa mesma linha, estiveram presentes os engenhos de instituições²³ nacionais que atuaram no campo da pesquisa e influência filosófica dentre as quais cabe destacar a Escola Superior de Guerra²⁴ (ESG).

Da doutrina ali ensinada, constava a teoria da 'guerra interna'. Segundo essa teoria, a principal ameaça vinha, não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam sérias ameaças para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas. (SKIDMORE, 1988, p.22).

2.3 A sociabilidade no lastro da urbanização

A tendência à urbanização pode ser observada nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no período de 1940-1980. Estes dados apontam que em 1940, no estado de Goiás, havia 142.110 habitantes na área urbana. Nesse mesmo ano, o número estimado para a população rural registrou 648.304 habitantes.

²³ Para maior aprofundamento na tese da evolução retilínea das instituições jurídicas. Cf. BATALHA, Wilson de Souza Campos, (1967, pp.313-315).

²⁴ No Brasil, a ESG já era um centro altamente influente de estudos políticos através de seus cursos de um ano de duração frequentado por igual número de civis e militares destacados em suas áreas e atividade. (SKIDMORE, 1988, p.22).



Em 1950, foi observado um crescimento anual de quase seis por cento para a população urbana e três e meio por cento na população rural. Na década de sessenta, foi verificado um crescimento anual de pouco mais de nove por cento e aproximadamente cinco por cento na população urbana e rural.

A primeira metade dos anos sessenta ficou conhecida no cenário educacional brasileiro como o período dos Movimentos de Educação popular. (XAVIER, 1994, p.216).

Na década de setenta, em Goiás, a população urbana contava com 1.239.108 habitantes ao lado de 1.701.659 habitantes, compondo a população rural. Entre as décadas de sessenta e setenta, em Goiás, a população urbana quase dobrou. Esse aumento significativo foi acompanhado de perto por formação de alianças, movimentos populares, unificação de diferentes segmentos das Forças Armadas e sucessão de chefes de governo. Nessa direção,

O crescimento da população urbana de Goiás, como, aliás do Brasil todo, segue outro modelo, próprio dos países não ainda industrializados do século XX. É o que poderíamos chamar de êxodo rural ou fuga os campos. A explosão demográfica – devida em grande parte aos avanços da medicina profilática -, as facilidades de comunicação e a pressão do chamado ‘efeito demonstração’, causado pelos meios de comunicação social, atuam de forma conjunta sobre as populações rurais, que vivem em condições infra-humanas, impelindo-as a emigrar maciçamente para as cidades, em busca de melhores condições de vida. As cidades crescem, assim, desmesuradamente, antes de absorver adequadamente o excesso populacional. (Palacin (1994, p.116).

Entre 1964-1971, ocorreu a instituição do Mobral²⁵, em 1969, tendo seu início efetivo, em 1970, com a finalidade de erradicar o analfabetismo nas populações jovens e adultas. No ano seguinte, reformas universitárias, primeiro e segundo graus, em 1971. Nesse tempo, o Estado, numa ‘manobra pelo alto’, concebeu e começou a empreender uma reforma do Ensino Superior, em 1968, e, pouco depois, a reforma do Ensino Primário e Médio, em 1971.

Dois passos fundamentais para a ampliação do direito de voto no Brasil foram a suspensão do censo econômico, em 1889, e a concessão do direito de voto às mulheres, em 1932. Porém, o sufrágio universal não era uma realidade no país até o fim do regime militar, por conta da proibição de que os analfabetos pudessem votar. Em maio de 1985, essa restrição foi eliminada. A emenda constitucional n.25 estabeleceu a idade como o único critério para definir quem poderia ser eleitor: São eleitos os brasileiros que, à data da eleição, contem dezoito anos ou mais, alistados na forma da lei. (NICOLAU, 2012, p.125).

A partir do número de matrículas realizadas nos ensinos primário e médio, em dez anos, de acordo com o IBGE, percebemos um crescimento vigoroso e acelerado da quantidade de alunos matriculados no ensino primário, em 1963, com imenso crescimento em 1964.

Houve uma queda brusca neste crescimento, após 1965, chegando próximo ao nível inicial de crescimento, em 1963. Daí em diante, o crescimento retoma, aproximando-se da média alcançada em 1964, no ano de 1968, com aumento contínuo até 1970.

O número de alunos matriculados no primeiro ciclo do ensino médio não foi representativo em uma década quando comparada à elevada curva de crescimento apresentada pelo número de matrículas realizadas no ensino primário, enquanto o número de matrículas realizadas no segundo ciclo do ensino médio demonstrou um crescimento discreto a partir de 1963, com breve aumento entre 1969 e 1970. Nesses traços, Xavier (1989, p.227), observa:

²⁵ Para buscar credibilidade para sua política ‘distributiva’, os governos autoritários organizaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral, que, em uma década, deveria reduzir a proporção de analfabetos para menos de 10%. Montou toda uma rede ensino supletivo usando o rádio – o Projeto Minerva – e a televisão, veículo que explorou até mesmo o gênero da novela com intuito educativo. [...] O ensino público e gratuito se expandia lentamente e, para complicar ainda mais as coisas, tinha sua qualidade deteriorada. As condições de vida da população pioravam a cada dia. Restava a solução das campanhas maciças de educação popular. Mas o Mobral não podia fazer isso, pois o objetivo do governo autoritário, anti-revolucionário e anti-reformista, era criar, pela via ‘doce’ da alfabetização, uma base política de novos eleitores (alfabetizados portanto) para a sustentação política do regime. (GOÉS, 1987, P.59).

no campo educacional, as alterações observadas para melhor, no período de 1960 a 1970, devem ser, portanto, relativizadas. No que se refere ao analfabetismo, por exemplo, o problema se agravou por dois motivos básicos: primeiro, porque o número de pessoas analfabetas (em números absolutos) aumentou e, segundo, porque não foram tomadas medidas efetivas em nível governamental para superação desse problema. As medidas tomadas forma reduzidas a campanhas fragmentárias e sem continuidade.

O crescimento populacional se intensificou no estado de Goiás, com incremento do fluxo migratório por meio da implantação de novas vias de comunicação e com metas inspiradas no Plano de Metas da Administração de Juscelino Kubitschek.

Com vista à elevação do nível de vida da população e redução dos conflitos sociais, o plano teve como tônica o processo de aceleração do acúmulo de capital no setor agrícola e de uma política agrária melhor definida.

A conjuntura desse tempo exigia que a educação formal fosse compatibilizada às expectativas de modernização econômica e ao crescimento da demanda por recursos humanos que ocorria em função da implantação de projetos desenvolvimentistas. Souza, (1981, p.130), observa:

vista como área prioritária dentro da estratégia de desenvolvimento, a educação terá definidas as metas estratégicas quantitativas, ao lado de outros setores básicos – Saúde e Saneamento, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento Científico e Tecnológico – de modo a se permitir um desenvolvimento integrado. Entre as estratégias, destacam-se a expansão do ensino superior e de 2º grau e a redução do analfabetismo a uma taxa negativa igual a 50%.

Em acordo com os índices encontrados no Boletim Estatístico N.º77, Janeiro/Março de 1962, Goiás contava com uma população estimada em 2.045.000 habitantes, no censo de 1.961, e 3.075.000 em 1970. Nesse tempo, o corpo docente fora composto por um total de 1855 professores, distribuídos em 178 unidades escolares de ensino médio entre as conclusões de curso, em 1961, ao fim do primeiro mês letivo de 1962.

Nesse período, a inflação alcançara níveis alarmantes. Os trabalhadores formavam o alicerce para um movimento sindical e uma onda de greves e violência de fundo político por meio do país, o que contribuía ainda mais com sérias dificuldades.

Em março de 1964, as tensões políticas atingiram níveis sem precedentes, com o presidente participando de uma série de comícios, nos quais anunciava novos

decretos. Estava latente a luta sobre quem chefiava o governo. Góes (1987, p. 32) observa que:

A tomada do poder no Brasil não foi um simples golpe latino-americano, nem mais um pronunciamento, e sim uma articulação política de profundas raízes internas e externas, vinculada a interesses econômicos sólidos e com respaldos sociais expressivos.

Com foco na modernização do Estado, foram verificadas necessidades de reformas no atendimento das necessidades básicas da população, dentre as quais estava a educação.

Com avanço do sistema capitalista, o planejamento dos segmentos ligados à administração do Estado, bem como de setores empresariais, assimilou uma educação tecnicista e compensatória como alternativa para resolver o problema do atraso cultural.

A educação foi uma das grandes preocupações no quadro da política militar, por ser entendida como meio de intervenção de caráter ideológico. Esta intervenção foi decisiva na reestruturação do sistema escolar, reafirmado pela necessidade de impor a ordem entre os estudantes, trabalhadores industriais e militares, no início do governo de Castelo Branco, de modo que,

as diretrizes educacionais se encaminhavam para a crítica ao analfabetismo, à obrigatoriedade e gratuidade do ensino elementar, bem como à sua universalização. Essa retórica continuou ao longo dos governos Costa e Silva, Médice e Geisel, sendo que, com este último, deu-se grande ênfase ao treinamento profissional e aos cursos de pós-graduação. [...] A política educacional expressava-se naquele momento dentro do quadro de controle ideológico da educação escolar, através da associação entre educação e polo produtivo (com as pesquisas sendo direcionadas para as demandas da acumulação capitalista). Isso ocorreu no interior da tendência progressiva à privatização do ensino. (XAVIER, 1989, p.230).

A passagem entre uma estrutura social rural para uma concentradamente urbana, em um processo consagrado na terceirização econômica, repleta de contrastes sociais, incontestavelmente demonstrando subdesenvolvimento industrial, alterou o teatro dos interesses oligárquicos quanto a instrução massiva. Assim,

através de uma comissão formada pelo Conselho Estadual de Educação e por funcionários da Secretaria Estadual de Educação, Goiás, seguindo as determinações da LDB, elaborou o projeto de reorganização do sistema estadual de ensino, que se transformou na Lei n.º 4.240, de 9/11/1962. Segundo ela, o ensino normal visaria à formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. (CANEZIN, 1994, p.125).

Sob a égide do nacionalismo desenvolvimentista, o país foi singrado de rápido crescimento econômico e inovações. Com intuito de promover o patriotismo, o governo criou um dispositivo curricular. Em 1969, foi instituída obrigatoriedade do curso anual de Educação Moral e Cívica²⁶ para os estudantes de primeiro grau à pós-graduação. Nesta Matéria, foi cultuada a obediência à lei, dedicação ao trabalho e a integração da comunidade.

As primeiras disputas entre Arena e MDB tiveram início em 1966 e continuaram até a reforma partidária que extinguiu o bipartidarismo com retorno do voto direto para governador, em 1974. Nesse período de dezesseis anos ocorreram oito mobilizações eleitorais, sendo quatro para representantes a cargos estaduais e federais, nos anos de 1966, 1970, 1974 e 1978, respectivamente; três de âmbito municipal em 1969, 1972 e 1976; em todos os casos coincidos pelo voto popular, exceto para a Presidência da República, cujo representante permanecia indicado pela junta militar.

Neste capítulo, aludimos à conjuntura política bipartidária em Goiás, no sentido dos direitos civis.

O subperíodo que vai de 1966 a 1974 destaca os contrastes eleitorais que o bipartidarismo artificial jamais logrou superar. Os dois partidos e o sistema eleitoral mostram-se incapazes de atender às finalidades de sua criação e de firmarem-se como estruturas estáveis e legítimas. (SOUZA, 1981, p.132)

²⁶Cf. Thales, Azevedo. **A religião civil brasileira**. Rio de Janeiro, 1981, capítulo XXI. Para uma visão mais completa dos objetivos nacionais inseridos no sistema educacional através da implementação e manutenção da doutrina da Educação Moral e Cívica. [...] A junta militar assume o poder por ocasião da moléstia e morte do presidente Costa e Silva e a edição do ato Institucional n.5 em 1969 baseia-se no AI n.12 para tornar compulsória em todos os níveis do ensino a Educação Moral e Cívica destinada a promover a solidariedade social não apenas como disciplina escolar mas determinadamente como pratica educativa que promova o preparo do cidadão para as atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum. Desta formação se espera, por fim, o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho, e da integração da comunidade, apoiando-se nas tradições nacionais esse ensino e pratica educativa obriga todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, através de todas as atividades escolares inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e ramos da escolarização. A filosofia que embasa esta doutrina é a defesa do princípio democrático através da preservação da ordem do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus. (AZEVEDO, 1981, p. 130)

Sabedouro da vinculação que todos os ramos do saber mantêm entre si, urge ponderar que consistiria grave erro pensar na existência de uma conjuntura independente dos aspectos jurídicos²⁷ e interesses econômicos. Desse modo, procuramos percorrer as evidências acerca da singularidade ocorrida com o bipartidarismo como estrutura estável e legítima simulada em um contraditório ritual de representação e a competição democrática durante o regime militar, em Goiás. Com tal preocupação sobre a realidade histórica, procuramos percorrer as evidências acerca das alterações ocorridas na realidade social, contidas em uma tendência nacional.

Desejamos, primordialmente, assinalar registros fundamentais que vão aparelhar este dínamo e garantir a força necessária na correlação entre a influência dos direitos civis na expressão da sociabilidade, ora não são resolvidos inteiramente nos seus próprios melindres, mas fora dele. São considerações de ordem histórica, sociológica e, sobretudo, de ordem jurídica²⁸ e educacional²⁹.

Neste capítulo, encetamos a Sociabilidade no Estado de Goiás e admitimos, no bipartidarismo, o centro de gravidade de uma conjuntura em que estiveram presentes significativas reestruturações e alterações sociais ao tempo de 1964-1974.

O Golpe civil-militar, de abril de 1964, foi destaque em jornais, estações de rádio, TV e contou com apoio e cooperação dos Estados Unidos. O primeiro Ato Institucional buscou a reorganização dos instrumentos de política fiscal. Houve

²⁷ Há, é certo, uma personalidade plenária do homem, que não pode ser cindida: o homem é, ao mesmo tempo, um ser religioso, um ser moral, um ser jurídico, um ser estético e econômico, voltado para os valores da santidade, do bem, do justo, do belo, do útil, em sua dupla dimensão valor-desvalor, e juricidade, intelecto e atividade prática. Mas é possível encarar apenas o aspecto funcionarizado do homem, a maneira por que se apresenta nas suas relações com outros homens. O homem pode agir corretamente no setor jurídico, mas não respeitar as máximas morais. A Moral focaliza os atos como reflexos da interioridade do homem; ao contrário, o Direito focaliza externamente a intenção, pondera-a ab extra, segundo esquemas, tipos ou standards. (BATALHA, 1967, p.24.).

²⁸ Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida coletiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o fato de qualquer poder, designadamente político, se rodear de representações coletivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico. (BACZKO, 1985, p.297)

²⁹ A educação consiste em uma socialização metódica das novas gerações. Em cada um de nós, pode-se dizer, existem dois seres que, embora sejam inseparáveis – a não ser por abstração –, não deixam de ser distintos. Um é composto de todos os estados mentais que dizem respeito apenas a nós mesmos e aos acontecimentos da nossa vida pessoal: é o que se poderia chamar de ser individual. O outro é um sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós não a nossa personalidade, mas sim o grupo ou os grupos diferentes dos quais fazemos parte; tais como as crenças religiosas, as crenças e práticas morais, as tradições nacionais ou profissionais e as opiniões coletivas de todo tipo. Este conjunto forma o ser social. Constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação. (DURKHEIM, p.54, 2011).

aumento no preço das importações, redução do déficit público por meio de uma rigorosa regulamentação tributária, medidas de arrecadação de impostos e política salarial.

Os principais programas postos em prática entre 64 e 70, foram os seguintes: PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966); PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970) e PDDES (Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1967-1976). Esse conjunto de reformas que caracterizou o 'planejamento' no Brasil nesse período tinha como propósito produzir a modernização institucional e o aperfeiçoamento do Estado. (XAVIER, 199, p.226).

A política brasileira sofreu uma grave rachadura na forma de expressão do poder constituinte com a outorga caracterizada por uma declaração unilateral por parte de grupos militares. Estiveram presentes práticas de imposição da ordem pela coerção com submissão da vontade do povo.

Com a implantação do bipartidarismo, houve a extinção de partidos políticos. Mandatos foram cassados e foram suspensos os direitos políticos de membros do Legislativo federal, bem como diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos.

Uma chama de perseguição e violência mútua alastrou-se pelo país. Notícias de torturas foram ouvidas em toda parte. Líderes considerados ameaça ao regime foram vítimas de suspeição. Muitos brasileiros foram brutalmente interrogados ou alvos de ataques por motivo político, vez que as acusações jamais foram publicadas e nenhum direito de defesa foi dado aos acusados.

Governadores e parlamentares manifestaram simpatia em favor do governo que se instalava com apoio da imprensa e ênfase na atuação dos civis.

Mas a destruição de Goulart foi primeiro, e, sobretudo uma operação militar. As forças civis contrárias ao seu governo não puderam impedir a sua guinada pra uma estratégia nacionalista radical. (SKIDMORE, 1988, p.44).

Com propósito de estimular a demanda e elevar a produção industrial, houve congelamento dos salários, juntamente com a redução nos impostos sobre bens duráveis. O programa econômico e político no Brasil, no começo de 1965, incluía medidas anti-inflacionárias e reformistas com a concessão pelo Banco Mundial de uma série de empréstimos que arrecadaram mais do que deram em três anos de amortização.

Durante a estabilização de 1964-1967³⁰, trabalhadores sofreram perdas reais nos salários ao custo de vinte e cinco por cento, do poder de compra no salário mínimo. O crédito ao setor privado aumentou e a economia cresceu aproximadamente cinco por cento enquanto a inflação chegava a vinte e quatro por cento. Medidas legais abrangeram adaptação do sistema educacional ao panorama político.

No campo das leis, foram tomadas iniciativas governamentais objetivando adaptar o sistema educacional às exigências do novo quadro político. No período de 1964-1971, tivemos a promulgação da Constituição de 1967, a realização das reformas universitárias (1968), e de primeiro e segundo graus (1971) e a institucionalização do Mobral (1967). (CANEZIN, 1994, p.130).

No campo econômico, o governo não conseguiu atingir a meta de reduzir a inflação a dez por cento em 1966, mas foi trazida de aproximadamente cem por cento, em março de 1964, para trinta e oito por cento, em 1966. Foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mantido, compulsoriamente, por contribuições do empregador e do empregado.

Nesse ano, foi apresentada ao congresso uma nova versão da carta constitucional, aprovada em 24 de janeiro de 1967, no Senado. A nova constituição previa a eleição indireta do presidente e aumento do controle pelo governo federal dos gastos públicos.

Para manter a ordem desejada pelo governo, foi necessário o uso de força que impregnou uma prática na política nacional com verdadeira guerra psicológica. Em 1966, eclodiu grande número de manifestações e marchas de protesto lideradas por estudantes universitários.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi posta na ilegalidade com sedes e filiais fechadas e reuniões dissolvidas pela polícia. Os líderes do movimento estudantil enfrentaram grandes dificuldades e, devido à enérgica pressão policial, passaram a operar na clandestinidade.

³⁰ Em outubro de 1968 chegava ao Congresso a Mensagem 36, acompanhada do Projeto de lei 32, voltada para estabelecer 'normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média...' Com o congresso totalmente engessado em sua ação, o texto era aprovado em 28 de novembro de 1968, sob a forma da Lei 5.540/68. Por ela, extinguiu-se a cátedra, a estrutura de universidade passava a ser prioritária como forma de organização do ensino superior, o ensino, a pesquisa e a extensão assumiram a natureza privada, via instituições isoladas, e o instituto da autonomia não conseguia se afirmar, enalçado pelas injunções de natureza financeira. CARNEIRO, 2002, p.33).

Associações estudantis foram proibidas de qualquer engajamento político, deixando-os incapacitados de qualquer mobilização em âmbito nacional. Nesta conjuntura está o relato de Eudes Pacheco:

Em junho de 1965, eu era estudante secundarista e participava da greve estudantil, que talvez tenha sido a primeira grande manifestação estudantil contra a ditadura militar, aqui em Goiânia. [...] Nesse período, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o DOPS, [...] iniciaram as ações de repressão e prisão. A partir daí, as coisas só foram piorando como atestaram as prisões de estudantes e trabalhadores. Fiquei detido no quartel da Polícia Militar, na cidade de Goiás. Dias depois, jogaram eu e meu companheiro [...] e eu num camburão. Fomos levados para a sede do Dops em Goiânia. Numa cela fétida estavam vários estudantes [...] Eles já traziam marcas no corpo, alguns choravam de dor. (SALLES, 2008, p.87).

O começo de 1967 foi marcado por tensão quando o marechal Costa e Silva assumiu o cargo de presidente. Uma série de novas leis, decretos e atos institucionais reduziram, brutalmente, a participação do povo por meio de representantes eleitos. Uma verdadeira onda de restrições às atividades políticas em uma conjuntura singrada por diversidade de posicionamentos, demonstrando via litígio explícito, a força que pode ter uma ideia. “Em março e abril de 1968, o país passa por uma série de conflitos políticos nas áreas estudantil, militar e operária.” (FIGUEREDO, 1978, p.139)

Propostas de reforma universitária, manifestações e greves massivas de trabalhadores industriais levaram ao cabo uma série de prisões e sessões de tortura que compunham o clima de tensão no Brasil. Em 1968, a Igreja foi pega na onda que radicalizava os estudantes universitários e os trabalhadores das indústrias”. De modo que,

A Igreja não tinha alternativa, senão combater a Doutrina de Segurança Nacional do governo, com sua tentativa de controlar todas as instituições sociais, inclusive a própria Igreja. Em junho de 1968 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil divulgou um documento de trabalho denunciando aquela doutrina como ‘facista’. O objetivo de tornar mais difícil qualquer vitória da oposição levou o governo a editar o Ato número dois e três, abrindo o caminho para a criação de um sistema bipartidário e extremamente polarizado. “O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existente e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governadores”. (SKIDMORE, 1988, p.160).

Nas grandes cidades industrializadas do mundo, ocorria uma onda de protestos. Em França, os estudantes se aliaram aos trabalhadores, exigindo concessões do governo. Nos Estados Unidos, os protestos ameaçavam o apoio da

população à guerra do Vietnã. Estes fatos sobressaltaram os linhas-duras brasileiros, temendo influenciar protestos no Brasil. Bem como na Revolução cubana, como sinal de esperança para os esquerdistas e temor para os conservadores.

Em meio a constantes desvalorizações da moeda e crescente desequilíbrio entre o cruzeiro e o dólar, a inflação brasileira estava estabilizada na faixa dos dez a vinte por cento, com a presença de uma política monetária especulativa entre 1967 e 1968.

No palco das divergências entre os militares da linha dura e colegas moderados no tocante ao uso da repressão, a ofensiva governamental se estendeu ao judiciário, via aposentadoria forçada de ministros do Supremo Tribunal Federal e redução do número de magistrados. Professores foram aposentados compulsoriamente.

A mídia passou a ser supervisionada por tribunais militares e, mediante decreto, qualquer crítica aos atos institucionais, autoridades governamentais e as forças armadas passaram a ser ilegais. Outra medida envolveu a suspensão indefinitivamente do *habeas-corpus*³¹.

Embora a constituição de 1824 abrigasse capítulo relativo aos direitos individuais, especificador deles por influência da Declaração dos Direitos do Homem, o certo é que não havia instrumentos eficazes na própria Constituição, capazes de conter a atividade do Estado. [...] A Constituição não previa o *habeas corpus* e nem mesmo o mandado de segurança. O seu conteúdo, porém, não é aquele próprio de sua origem, que se destinava, simplesmente, a permitir o direito de locomoção. A Constituição de 1891 não o circunscreve apenas ao pressuposto de ir e vi ou de ficar. Alude a ilegalidade ou abuso de poder. Qualquer direito violado em função da ilegalidade ou abuso de poder seria por ele amparado. E, sendo assim, o *habeas corpus*, em 1891, fazia as suas vezes e as do mandado de segurança tal como posto pelo constituinte em 1934, protegendo todo direito que restasse vulnerado. Ocorreu, entretanto, que a reforma constitucional de 1926 fez com que o *habeas corpus* voltasse às suas fronteiras clássicas quando uma emenda substituiu modifica o preceito constitucional para restringir o seu alcance ao direito de locomoção, razão pela qual os demais direitos, a partir de 1926, ficaram sem defesa.

³¹ [...]Qualquer outra violação de direito restava indefesa por medida pronta, eficaz. Daí as discussões, principalmente no STF, sobre a necessidade de se proteger os demais direitos, então, a ação possessória para a proteção de direitos. Cuida-se da posse dos direitos pessoais, e a jurisprudência constrói uma espécie protetiva que ia buscar amparo nas ações possessórias. Asseguravam-se, por meio de ações possessórias, os direitos pessoais, e essa construção jurisprudencial, que mediou 1926 a 1934, repercute na Constituinte desse ano, que traz o mandado de segurança como instrumento assegurador dos demais direitos não amparáveis pelo *habeas corpus*. (Temer, 2012, p.188). [...] Na Constituição de 1946 o mandado de segurança é previsto expressamente, sempre para garantir direito líquido e certo, e, nesses termos, subsistiu à Constituição de 1967 e foi encartado no art. 153 § 21, da Constituição de 1969 tendo sido regulado pela Lei 1.533, de 31.12.51. (TEMER, 2012, p.189).

Quanto ao Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, verifica Souza (1989, p. 119),

a definição formal dos objetivos e metas da educação brasileira foi consubstanciada no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico-Social, sob o título 'Educação e mão-de-obra. Já o próprio título do documento denota a opção pela ótica econômica que impregna toda a filosofia do Plano, assim expressa na sua definição de objetivos: 'A educação brasileira deverá permitir, no período de 1967-1976, a consolidação de estrutura de capital humano no país, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico. O objetivo por excelência é, pois, a formação de recursos humanos, seja no nível médio pela formação da mão-de-obra especializada, seja no nível superior pelo preparo dos quadros científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento.

Neste mesmo ano, foi suspensa a realização de todas as eleições até o nível municipal e finalizado o esboço de uma constituição que punha, legalmente, o poder de atuação dos chamados militares da linha dura.

Mergulhado em profunda suspensão dos direitos civis, as recentes manifestações dos trabalhadores e do público contribuíram para encorajar as guerrilhas que apelaram para a luta armada nos centros urbanos. Os ataques foram dirigidos a bancos e alvos ligados ao governo, com assaltos, sequestros e assassinatos.

As condições ao crescimento da agricultura eram favoráveis como resultado de incentivos, taxas de juros favoráveis, aumento de investimentos e anúncio de fortes empréstimos para projetos de desenvolvimento pelo Banco Mundial. A economia acelerara e o crescimento econômico tornara o Brasil atrativo para investimentos estrangeiros privados.

O objetivo de tornar mais difícil qualquer vitória da oposição levou o governo a editar o Ato número dois e três, abrindo o caminho para a criação de um sistema bipartidário e extremamente polarizado.

O documento dava ao governo poderes para abolir os partidos existentes e transformar em indiretas as futuras eleições para presidente, vice-presidente e governadores (SKIDMORE, 1988, p.99).

Costa e Silva fora acometido por problemas de saúde. Os ministros militares rejeitaram a Constituição, e via Ato Institucional, substituíram, temporariamente, o presidente. Seguidamente, o Alto Comando das Forças Armadas emitiu ordem de

preferência, dispondo sobre eleição de Médice. Dessa maneira, Carlos Fico (2004, p.34), esclarece:

o Ato Institucional nº5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do 'golpe dentro do golpe', segundo o qual o AI-5 iniciou uma fase completamente distinta da anterior. Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de 'utopia autoritária', isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, 'subversão', 'corrupção') tendo em vista a inserção do Brasil no campo da 'democracia ocidental e cristã'. (FICO, 2004, p.34).

Com a missão de fortalecer a economia e desenvolver o Centro-Sul, Médice deu vista à região nordeste, após terrível seca que assolara a região. Em 1971, obteve forte apoio do governo Nixon, devido às ações anticomunistas e ao êxito econômico, mesmo com inquietações que pairavam sobre o aprofundamento no autoritarismo.

Uma aliança entre militares radicais e tecnocratas permitiu uma nova continuidade e coerência na formulação das políticas econômicas. Foi montada uma ação ofensiva de Relações Públicas, sem precedente no país com a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas fundada em 1968, composta por uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos, com objetivo de manter um centro único de propaganda do governo onde eram decididos temas e enfoques gerais para posterior contratação de agências e produção de documentários e matérias que exaltavam a importância do trabalho, o valor da educação e o papel construtivo das forças armadas, o rápido crescimento econômico e unidade nacional.

Garrastazu Médice assumiu a presidência com poderes para reprimir a indisciplina militar e promessas aos brasileiros de um retorno ao império das leis no caso de cooperação. Atos Institucionais subsequentes, juntamente com a lei de Segurança Nacional, permitiram o banimento de brasileiros considerados perigosos à segurança nacional, pena de morte em tempos de paz, restrição às liberdades civis e direitos de organização política.

Para o desgosto da oposição, inúmeros cartazes com *slogans* angariaram a simpatia do público durante o tricampeonato de futebol mundial. A arrecadação de tributos, o crescimento econômico e os violentos choques continuaram nesse período. Nos anos que se seguiram, houve aumento e diversificação das exportações e aumento no comércio exterior.

Em meados de 1973, havia intensas discussões sobre o aumento gradual e constante da participação no sistema político, a partir de documento apresentado em Brasília, que tinha como meta a restauração da independência do judiciário, liberdade de expressão e imprensa, liberdade de organização política e procedimentos bem definidos para o uso da coerção. Nesse tempo, ocorreram veementes críticas e denúncias quanto a atuação das centrais de repressão por detenção ilegal, maus tratos e tortura.

O governo acompanhou o cronograma da sucessão por eleições parlamentares, em 1974, sendo os primeiros meses do governo Geisel marcados por manobras em torno de possível redemocratização. Em 1974, contestações sobre a legitimidade do governo ganharam a adesão da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na lavra da conjuntura goiana foram observados aumento na taxa de natalidade e conseqüente crescimento da população na década de sessenta, alcançando, aproximadamente, dois milhões de habitantes. Nos anos setenta, este fator beirava os três milhões de habitantes, seis vezes maior que o registrado na década de cinquenta.

Provavelmente, entre outras razões por sermos uma nação ainda muita jovem, não estamos muito distantes do ponto que estabelecemos como sendo nosso ponto de partida. A questão da crise no sistema partidário e na estrutura constitucional, aliada a sucessivas medidas de endurecimento, adotadas na forma de governo, desde 1965. Também, de nossas raízes históricas, observamos uma conjuntura iluminada por uma organização política com foco marcadamente direcionado ao interesse econômico-desenvolvimentista.

Passados quarenta e oito anos, achamos que não se pode, nesse terreno, generalizar sem correr o risco de errar ao tratarmos da problemática geral dos direitos líquidos e certos. De modo muito amplo, pode-se dizer que existem variáveis determinantes que, para muitos, permanecem, ainda hoje, às sombras.

Não devemos nos esquecer que a História é um processo dinâmico. Portanto, segundo uma dimensão simbólica, presente na dimensão social. Finalmente, sobre o conteúdo petrificado nas leis, deve-se levar em conta o momento histórico-social para o qual os dias seguintes se projetaram. É importante considerar, também, a presença de todas as manifestações individuais e coletivas impressas por valores e desvalores, aliados por formas de poder e técnicas massivas de distribuição de idéias.

O príncipe 'maquiavélico' é, por definição, único em seu principado e está em posição de exterioridade, transcendência, enquanto que nesta literatura o governante, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família, o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe, governando seu Estado, é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. Portanto, pluralidade de formas de governo e imanência das práticas de governo com relação ao Estado. (FOUCAUT, 2011, p.280).

Nesta perspectiva, este capítulo abordou algumas dessas formas múltiplas de construção da governamentalidade, com mote na representação política, via direitos civis. Como se sabe, os direitos civis contemplam fatores individuais e coletivos - culturais, sociais, jurídicos e econômicos.

Capítulo III

3. O político está nas suas próprias diferenciações

O Estado pode ser representado socialmente como uma máquina ou um organismo, uma pessoa ou uma instituição, uma sociedade ou uma comunidade, uma empresa ou uma colmeia, ou talvez até mesmo uma série de processos, uma personificação ou uma introjeção. Bem não fosse comum nessas imagens, construções, atribuições de sentido e ilustrações, a sociabilidade é um dos pontos mais fracos do sistema na edificação estatal.

A sociabilidade e a sensibilidade ficam comprometidas quando expostas a tensões. Relewa notar que todas as classificações são mais ou menos defeituosas por não se poderem aplicar a todos os seus períodos de desenvolvimento. Além das várias transições em diferentes períodos, não é raro observarmos um fato idêntico no mesmo período. A sociedade, bem como um nó numa ancoragem, depois de fortes tensões, torna-se mais fácil de desfazer.



Helis de Oliveira

Por vezes, atitudes populares **provém** de atitudes populares. Isso porque, pessoas costumam imitar-se mutuamente, como que num desejo mimético. O que é para se notar está na etimologia da palavra **imagem ligada à raiz de imitari**. Sabemos que a fotografia de imprensa é uma mensagem que pode ser imitada e, assim, causar alterações nas percepções populares, influenciando, sobremaneira, na forma como a sociabilidade se constrói.

Sociabilidades várias e **impregnadas de tão sutil veneno** político. O Estado é uma condição de características especiais de um povo. Mais precisamente, uma condição competente dado ao caso decisivo e perante muitos *status* individuais e coletivos imagináveis.

Uma multidão se converte em Uma só Pessoa quando é Representado por um homem ou uma Pessoa, de tal forma que esta possa atuar com o consentimento de cada um dos indivíduos que compõe essa Multidão. Isso representa a Unidade do Representante, não a Unidade dos Representados, o que faz a pessoa Uma. A Unidade não pode ser entendida de outro modo na Multidão. (HOBBS, 2008, p.121).

Amai *ergo* a cidade e essa tende por abrigo. E, de maneira circular, o Estado aparece como algo político e vice-versa ou simplesmente a partir de um interesse técnico da decisão jurídica ou administrativa de casos concretos. Dentro deste contexto, ainda hoje, não é raro encontramos pessoas que se comparam às máquinas e comparam o Estado a um organismo.



Hélio de Oliveira

Engraxataria © 1953

O termo político pertence ordinariamente a uma classe de emprego negativo se opondo a outros conceitos. Este conceito é formado a partir da antítese entre concepções populares sobre economia, moral, direito e política.

Por meio dessas contraposições negativas e, na maioria das vezes, também polêmicas, pode-se designar, de acordo com o contexto e a situação concreta, algo claro o suficiente; porém, não podem formar uma definição do objeto de maneira específica. As definições gerais de político mantêm uma referência que de algum modo remetem apenas à semelhança ao Estado. Nesse processo,

Inequivocamente, determina e se defronta com os grupos e questões não-estatais, por isso mesmo 'apolíticos', enquanto o Estado detenha o monopólio do político. (SCHMMITT, 1992, p.23).

Pensamos na História de maneira processual, incluindo o tempo presente, o que vai de encontro à História ensinada às massas em condições de extremo interesse e utilidade. Dentro desse contexto, as instituições fabricam a História, fabricam o político³². Criam um mundo presente na ilusão do passado, dividem opiniões e distorcem a realidade via educação. Neste invólucro, a fotografia auxilia a manipulação do imaginário coletivo.



Helis de Oliveira

Teatro Goiânia © 1952

Isso porque se aproveitam das pessoas e dos jovens por sua idade e por seus pensamentos ordinariamente menos sábios, como veículo de distribuição vertical de baixo para cima, no seio das comunidades.

³² Mas o fato de que, na referência a uma dicotomia concreta está contida a essência das relações políticas, é expresso pelo uso corrente da linguagem, mesmo onde a consciência do caso de emergência totalmente se perdeu. (SCHMITT, 1992, p.32).

A fotografia³³ traciona os sentidos, na mesma direção, diametralmente oposta, de acordo com o uso a que se destina. Este conjunto, na sociabilidade, destina-se a confecção de ícones. Os produtos industrializados, por atingir longo alcance, são componentes importantes desse sistema. Por outro lado, a arquitetura aumenta a precisão deste aparato por ser muito versátil.



Hélis de Oliveira

Avenida Anhanguera © 1954

Por sociabilidade entende-se o conjunto de ligações sóciocósmicas construídas horizontalmente no tempo. Os costumes fundem-se no corpo e na alma da cidade. Estas relações possuem determinada resistência. São compostas por essências delicadas que, se submetidas a tensões, normalmente não suportam

³³ A fotografia só é evidentemente significativa porque existe uma reserva de atitudes estereotipadas que constituem elementos já feitos de significação: uma 'gramática histórica' da conotação iconográfica deveria, pois, procurar os seus materiais na pintura, no teatro, nas associações de ideias, nas metáforas correntes, etc., isto é, precisamente na 'cultura'. (BARTHES, 1982 p.18).

muitas tradições. Cabe mencionar que “um homem pode ser jovem por sua idade e velho pelo bom emprego que tenha feito dos seus anos de vida”. (Bacon, 142).

A democracia detém-se a minimizar qualquer diferenciação ou despolitizações propriamente liberais do século XX. Entre nossos melhores clássicos, a expressão governar possui sentido etimológico de pilotar. De acordo com Aquino (2013, p.35),

gubernare deve ser a intenção de qualquer governante o procurar a salvação daquele, cujo governo tomou. Compete ao piloto (governante) conduzir ileso ao porto de salvamento a nave, guardando-a contra os perigos do mar. Ora, o bem e salvamento da multidão consociada é conservar-lhe a unidade, dita paz, que, se perdida, parece a utilidade da *vida social*, uma vez que é onerosa a si mesma a multidão dissensiosa.

O poder do Estado sobre as pessoas deve evitar ser grande o suficiente, de modo que elas confundam os limites entre Estado e sociedade, tendo em vista que esta pode exigir tudo aquilo que o Estado não fará, com uma pretensão de conservar tudo mais de maneira discutível. Emerge, aí, uma questão que devemos observar e que diz respeito a contradições internas entre as tensões causadas na sociabilidade pelas formas de governo.



Hélis de Oliveira

Palácio das Esmeraldas © 1955

A integração do Estado corresponde a uma situação política, onde a sociedade não está integrada aos limites de um Estado existente, mas ao processo de uma auto-integração que deverá suportar cargas elevadas nos domínios da sociabilidade. Ocorre, então, uma interpenetração de muitas esferas sociais. A fluidez deste processo apresenta características específicas de resistência e praticidade.

Esta integração sugere a desconsideração de qualquer outra possibilidade como sendo apolítico, tendo que expurgar ou simplesmente eliminar qualquer despolitização. Não obstante as características de resistência e praticidade da sociabilidade são também frágeis em determinadas circunstância de oposição extrema entre núcleos sociais fundamentais de poderes constituídos internos ou externos: grupos políticos, econômicos, religiosos e forças armadas.

O político está nas suas próprias diferenciações e que correspondem às searas da moralidade, da estética e da economia. De forma que na moral poderia estar diferenciado no paralelo entre bom e mau, e, continuamente entre belo e feio, e, útil ou prejudicial, concomitantemente, entre rentável ou não-rentável.



Helis de Oliveira

Avenida Anhanguera © 1958

Surge o horizonte do que consiste a sua existência. Uma diferenciação de critério simplificado de político sem que haja necessidade análoga àquelas outras diferenciações, de forma independente e explicitamente sem maiores dificuldades.

A diferenciação especificamente política, a qual podem ser relacionadas as ações e os motivos políticos, é a diferenciação ente amigo e inimigo, implicações quanto à guerra³⁴ como manifestação da inimizade, mais ainda no Estado como forma de unidade política, questionado pelo pluralismo visto como uma contraposição política com tenacidade bastante para agregar pessoas em forças³⁵ contrárias.

A obtenção do conceito de político pode ser encontrada por meio da identificação e verificação das categorias especificamente políticas³⁶. “O político tem

³⁴ Com esta palavra se devem abstrair todas as mudanças casuais da técnica bélica e de armas sujeitas ao desenvolvimento histórico. Guerra é um combate armado entre unidades políticas organizadas, enquanto a guerra civil é um combate armado no interior de uma unidade organizada (mas que se torna por isso problemática).

³⁵ Ao rever Aristóteles Dante Alighieri, *Monarquia*. Lafont, São Paulo: 2012, p. 82 menciona: [...] observamos que não somente certos indivíduos mas determinados povos são levados naturalmente a dominar, enquanto outros se adaptam à submissão e à servidão, como afirma o filósofo em sua Política. De fato diz: “Para esses homens, ser governados não é somente útil, mas também justo, mesmo que para tanto seja utilizada a força”.

³⁶ Aristóteles, no tratado das Políticas, lega-nos uma conceituação bastante fecunda e, digamos assim, demarcadora do que pode predicar o termo politéia: tem significado de comunidade – em sentido espacial, constituição – em sentido espacial, constituição – sentido de Lei, governo ou autoridade soberana – para denotar administração pública ou ato governamental, ‘politeia’ é usado para representar um modo ou estilo de vida de uma cidade. (p.19). [...] Aristóteles constitui a ideia de autoridade ou de ato governamental sobre a coisa comum,

que residir em suas próprias diferenciações extremas, às quais se pode atribuir toda a ação política em seu sentido específico". (SCHMITT, 1992, p.27).

A questão repousa no critério da distinção, onde pesem as ações e os motivos e que correspondam aos critérios relativamente autônomos encontrados em outras antíteses. Nesse processo,

A diferenciação entre amigo e inimigo tem o propósito de caracterizar o extremo grau de intensidade de uma união ou separação, de uma associação ou desassociação, podendo existir na teoria e na prática, sem que, simultaneamente, tenham que ser empregadas todas aquelas diferenciações morais, estéticas, econômicas ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; ele não tem que se apresentar como concorrente econômico e, talvez, pode até mesmo parecer vantajoso fazer negócios com ele (SCHMITT, 1992, p. 29).

O outro, suficientemente desconhecido, é o bastante para que em casos extremos haja a eminência de um possível conflito e que, de forma alguma, pode ser extinto o litígio, em forma normatizada, ainda empreendido previamente ou ainda por um terceiro imparcial, mediante juízo constituído. O caso de conflito só pode ser resolvido pelos próprios envolvidos entre si, isto é, cada um deles só pode decidir ele próprio e o caráter diferente do desconhecido.

Este entendimento mútuo só é dado via colaboração existencial, negando a natureza ôntica de sua existência para resolver resguardar-se pela via do combate ou atividade de repelir.

Na realidade psicológica, o inimigo é facilmente tratado como mau e feio, pois toda diferenciação, na maioria das vezes, naturalmente, a política como a diferenciação e o agrupamento mais fortes e mais intensos, toma por fundamento as outras diferenciações valoráveis. (SCHMITT, 1992, p.29).

Este fato não altera a autonomia das contraposições, sendo válida a assertiva inversa. Isso porque ao inimigo³⁷ não é requerida qualidades de feio ou mesmo economicamente prejudicial. E, por isso, não precisa ser inimigo ou muito menos ser considerado amigo por valoração estética, econômica.

ou pública. E, que, por sua vez, é o poder para administração da cidade. (p.21). ABREU, Wilame Gomes de, A teoria das formas de governo em Aristóteles, Editora e Espaço de Cultura Brasileira Ltda: 2003.

³⁷ Inimigo não é o concorrente ou o adversário em geral. Tampouco é inimigo o adversário privado a quem se odeia por sentimentos de antipatia. Inimigo é apenas um conjunto de pessoas em combate ao menos eventualmente, segundo a possibilidade real e que se defrontra com um conjunto idêntico. Inimigo é somente o inimigo público, pois tudo o que se refere a um conjunto semelhante de pessoas, especialmente a todo um povo, se torna, por isso, público. (SCHMITT, 1992, p.30).

Ao considerarmos a Guerra, como sendo uma manifestação da inimizade, os termos amigo e inimigo são considerados, estritamente, sem menções metafóricas ou enfraquecidos por acepções econômicas, morais, psicológicas ou tendências privadas. Fácil é perceber que no âmbito do comércio não existem inimigos, mas, sim, concorrentes.

Em seu típico dilema entre espírito e economia, o liberalismo tentou reduzir o inimigo, pelo lado comercial, a um concorrente e pelo lado espiritual, a um adversário nas discussões. (SCHMMITT, 1992, p.29).

A plataforma que nos mantém é a noção de que a maior e mais intensa contraposição é a contraposição política, ao passo que mais se aproxima da máxima tensão o agrupamento do tipo amigo-inimigo.

No escopo da unidade política organizada dentro do Estado, com qualidade de totalidade e tomada de decisão com relação a amigo-inimigo, e decisões primariamente políticas e sob a proteção tomada, é que surgem conceitos secundários de político.

Onde faz aparecer uma oposição entre político-estatal e político-partidário, podendo ainda ser mencionada uma política religiosa, escolar ou mesmo social do próprio Estado. Aqui se percebe uma diferenciação que ainda permanece dentro do próprio Estado e possíveis vistas à essência unitária do Estado, contemplando todas as contraposições intrínsecas a ele próprio. Assim, passou a existir uma política social só a partir do momento em que uma classe politicamente respeitável reclamou suas exigências *sociais*; a assistência social era dispensada em tempos antigos aos pobres e miseráveis que não era concebida como problema político-social e tampouco possuía esse nome. Da mesma forma, havia uma política eclesiástica somente onde existia uma igreja como adversário politicamente. (SCHMITT, 1992, p.31).

A equiparação leva, em primeiro plano, a uma atitude de oposição entre político-estatal e político-partidária. Sucessivamente, leva a uma atitude político-religiosa, escolar ou social do próprio Estado, onde a ideia de político permanece na circunvolução posta na contradição e antagonismo que converte e induz dentro e em virtude da própria existência do próprio Estado.

Este é o dínamo para todas as contradições, com força necessária para desenvolver outras espécies enfraquecidas e nas quais resta apenas um agrupamento original, expresso no binômio amigo-inimigo. Este pode ser visto por táticas e práticas de qualquer tipo, nas quais estão presentes concordâncias ou

intrigas, tipificando a política como sendo o mais singular dos negócios ou mera suavidade trazida pela manipulação.

O caráter polêmico repousa no uso linguístico e na elevação via desqualificação, importando a apresentação do adversário como apolítico, onde

palavras, como Estado, República, sociedade, classe e ademais: soberania, Estado de direito, absolutismo, ditadura, plano, Estado neutro ou total são incompreensíveis quando não se sabe quem deve ser incorreto, atingido, combatido, negado e refutado com tal palavra. (SCHMMITT, 1992, p.32).

Na direção da polêmica, é o uso moderno do *político* com emprego de político-partidário e ao apontamento das falhas como reflexo da diferenciação amigo-inimigo, impregnados miseravelmente a todo comportamento político no horizonte da ocupação político-partidária, em cargos e benefícios, cuja exigência, daí resultante, signifique a transposição da equação político-partidário, ainda possível quando a ideia de uma unidade política (do Estado) que abrange e relativiza todos os partidos de política interna e suas divergências, perde sua força e, por conseguinte, as contraposições intra-estatais adquirem uma intensidade mais forte do que a contraposição comum de política externa contra um outro Estado.

Quando, dentro de um Estado, as contraposições político-partidárias se tornarem, por completo, as contraposições políticas por excelência, estará, então, alcançado o supremo grau da sequência de política interna. São os agrupamentos do tipo amigo-inimigo intraestatais, não os de política externa, que são normativos para o conflito armado. A real possibilidade do combate que sempre tem que existir para que se possa falar de política, conseqüentemente, em semelhante 'primado da política interna', não mais se refere à guerra entre unidades organizadas de povos, e sim à guerra civil.

Certo de que a conceituação de inimigo remete ao combate iminente no âmbito real, que por sua vez inclui a ideia e a arma³⁸ que sugere a morte física das

³⁸ C.f. Machado, Maurício C. P. *in* Armamento, 2010. Embora haja entre os pesquisadores e autores uma tentativa de estabelecimento para uma classificação dos critérios abrangentes das armas de fogo a serem adotados, sua definição implica uma "máquina térmica que utiliza a força explosiva de uma mistura ou composto químico, transferindo-a ou dirigindo-a para um corpo sólido e móvel (projétil); sendo quanto ao tipo: de porte, portátil, não portátil; quanto ao emprego: individual, coletivo; quanto a alma do cano: lisa ou raiada; quanto ao sistema de carregamento: de antecarga, de retrocarga; quanto ao sistema de inflamação: por percussão de fogo central, por percussão de fogo circular ou radial; quanto à refrigeração: refrigerada a ar, refrigerada à água, refrigerada à ar e água; quanto à alimentação: manual, com carregador; quanto ao sentido de alimentação; quanto ao funcionamento: simples, múltipla; de repetição; semiautomática; automática quanto ao princípio de

peças, enquanto se pode considerar que a guerra civil pressupõe um combate armado no interior de qualquer unidade organizada, sendo por isso seriamente problemática.

Nesta feita, o arranjo conceitual deve ser entendido como sendo o mesmo para inimigo e combate no prumo do entendimento pautado na própria originalidade ôntica, e, não da luta simbólica, puramente no campo da discussão, que segundo a vida humana, é sempre uma luta.

Nesse terreno, os conceitos outrora tratados na tríade amigo-inimigo-combate são estabelecidos no campo real pelo fato de corresponderem à mística da morte física que decorre da inimizade no plano da negação ontológica do outro ser, na extrema realização da inimizade e, de longe, cotidiana, ideal ou desejável, permanecendo como possibilidade real na medida da conservação e no sentido do conceito de inimigo.

A existência política permanece amplamente superior à ação precisa do combate entre povos sem alternativa de resistência. Seja nessa perspectiva, além da definição política de cunho belicista ou militar, imperialista ou pacifista, muito menos daquela guerra vitoriosa, destarte qualquer revolução de qualquer vereda de ideal ou mesmo social. Mas, presente como guerra com elementos aos quais se aglutinam pontos de vista, regras específicas e demais decisões políticas acerca do inimigo fático.

A característica da oposição dos adversários provoca problemas políticos a serem solucionados pelo combatente treinado para a excepcionalidade ou mero político adestrado na vida política para toda a vida.

A acurácia e precisão permitem que se tenha clara a falta de conteúdo em termos de se pensar na guerra como sendo objetivo e finalidade, tampouco o é política na própria determinação singular da ação e pensamento humanos ao tencionar-se na direção do um comportamento propriamente político.

Podemos enxergar, também, a casuística da neutralidade, porquanto o critério da distinção entre amigo e inimigo permaneça entre um povo para a eternidade. Assim, o conceito de neutralidade no escopo do político parece estar submetido ao real agrupamento amigo-inimigo, visto não haver nos verdes prados de qualquer canto

funcionamento e quanto ao princípio de funcionamento e trancamento: culatra desferrolhada ou destrancada e culatra ferrolhada ou trancada.

da terra somente a neutralidade, permanecendo na possibilidade do combate real apenas a normatização deste caso decisivo acerca da real probabilidade.

De longe, define-se, na excepcionalidade, o caráter definidor do qual é fundamento. Nas guerras de outrora, no leito da intensificação proporcional da força, mas no caso de um agrupamento político entre amigo ou inimigo que se desenha a mais extremada possibilidade da tensão especificamente política que possa surgir na vida dos homens³⁹ e influenciar, sem precedente, na sociabilidade cidadina.



À primeira vista, um mundo sem contradições ou contrastes seria desejado em um mundo ideal. A compreensão do político é uma referência à possibilidade fática do agrupamento expresso via amigo-inimigo, com secundária preocupação em

³⁹ Para um maior aprofundamento sobre a ideia de regimes políticos e semelhantes distinções, C.f. Escritos políticos de Tomás de Aquino, 2011, Ed. Vozes. “Acontece porém, agirem os homens de modos diversos em vista do fim, o que a própria diversidade dos esforços e ações humanos patenteia. Tem todo homem, dada naturalmente, a luz da razão, pela qual é dirigido ao fim, nos seus atos. E, se conviesse ao homem viver separadamente, como muitos animais, não precisaria de quem o dirigisse para o fim, senão que cada qual seria rei para si mesmo sob o supremo rei, Deus, uma vez que, pela luz da razão a ele dado divinamente, a si mesmo dirigiria nos seus atos. E, todavia, o homem, por natureza, animal sociável e político, vivendo em multidão, ainda mais que todos os outros animais, o que se evidencia pela natural necessidade.” (p.131).

qualquer juízo valorativo de cunho religioso, moral, estético e econômico, na acepção do político. Enquanto,

A guerra com o mais extremo meio político evidencia a possibilidade dessa distinção ente amigo e inimigo subjacente a toda representação política, só tendo, por isso, sentido enquanto esta distinção estiver realmente existente na humanidade ou, pelo menos, realmente possível. Em contrapartida, seria absurda uma guerra conduzida por motivos 'puramente' religiosos, 'puramente' morais, 'puramente' jurídicos ou 'puramente' econômicos. A partir das contraposições específicas desse âmbito da vida humana não se pode derivar o agrupamento do tipo amigo-inimigo e, destarte, tampouco uma guerra. (SCHMMITT, 1992, p.38)

Ao que se percebe, uma guerra não precisa ser regida por motivos geralmente confundidos por contraposições religiosas, morais ou quaisquer outros semelhantes. De modo que, se o for, em caso de combate decisivo para o cabedal do tipo amigo-inimigo, sendo de menor importância qual motivo humano possa ser suficientemente tenaz para suscitá-la.

Conhecida esta questão, não existe aquilo que escape desta consequência do político. Se, por conseguinte, toda guerra ocorre como sendo a última, tanto se pode pensar naquelas intensas e desumanas que forçam o inimigo ao rebaixamento moral e a torná-lo desumano, rumando ao completo extermínio, não restando outra alternativa que sirva ao ato puro de repelir.

A essas considerações, fica evidente a forma de guerra, ainda na atualidade, quanto a possibilidade real, onde apenas interessa a distinção do amigo e do inimigo no escopo das formas de governo, causando tensões, nas quais as sociabilidades várias lançam raízes fortes, de árvores jovens, no leito de um rio com águas perenes e que, por isso, merecem todo zelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação só pôde ser redigida graças ao acúmulo das experiências de muitas pessoas. Isso porque, nós admitimos que o discurso é uma manifestação do saber, no qual o sujeito dotado de competência discursiva está compreendido.

Seja o modelo cartesiano, seja o positivista, são coincidentes com formas de conhecer que geram, geraram e gerarão uma divisão e ou uma compartimentalização do saber-conhecer em as áreas ao longo da História.

O século XIX foi o mandril que fixou tais e quais questões sobre como construir as Ciências Humanas. Neste ínterim, Leopold von Ranke, no contexto germânico, propôs um método que diferenciaria a História das demais áreas. Este método é marcado pelo esquema rígido e específico, de forma excessivamente purificadora, a ser seguida como norma na elaboração da verdade, na fundição de uma cosmovisão e de um possível cotidiano das pessoas *like a life style*.

Utilizamos da referência expressa na fotografia jornalística da qual emerge uma concepção que goza de instância semiótica espetacular que compõe um lugar de atualização *ad infinitum* da linguagem nas performances manifestadas de forma incompleta e inacabada via comunicação.

A linguagem expressa a noção de ciência e pura comunicação vista em sistema estruturado por conjuntos para representá-la, talvez encená-la, *in totum*. Isso porque a essência é puro coneito. Foi objetivo buscar contemplar o tempo presente, processual e dinâmico, adentro uma íngreme tarefa do fazer cotidiano na tarefa do conhecer e do ensinar, *docere-observare*.

Requisitamos o vigor necessário do pensamento para tratarmos de uma perspectiva altamente complexa, sem colocar de lado as convicções morais mais elevadas. Isso porque o estudo dos valores atinge diretamente o útil da vida e permite uma ajuda indispensável na compreensão da Semiótica, e, colocamo-nos a perguntar sobre aquilo que, simplesmente se manifesta ora existe que está presente a todo momento. E aquilo que não se manifesta e que, por isso é puramente conceitual: razão, essência, vida. Que mesmo quando se manifesta não faz por inteiro.

No mundo da experiência, o passado compõe uma força que compele o presente em alguma media e está marcadamente na existência social, mesmo que o

mundo possa parecer reduzido a uma qualidade do sentir, *en sociale*, no qual nem mesmo possui algum certo grau de nitidez ou de qualquer análise quantificável.

Percebo a possibilidade de algo tão verdadeiro que dele não se pode tirar, sem destruir o suposto fato de verdade. O início da partida desta conjunção processual está comutada de tal forma, que, cada tendência é seguida e modificada em alguma proporção pela anterior e pela posterior, na medida em que observo o instante presente sobre o qual desvela-se o passado.

Tentar caracterizar uma sociedade é correr o risco de generalizar sobre uma realidade que, apesar do sistema de governo, ainda é altamente diversificada que registros fotográficos como ponto de apoio para confirmação de hipóteses é uma atitude muito precipitada.

Considero admitir que a lógica da sociabilidade durante o período proposto simplesmente por marcos formais e fotográficos são descrições desses processos que se faz necessário fazer menções a questões de *mores menores*.

O tempo está em construção. Por isso trabalho humildemente nesta natureza pelo tempo que está *in totum*. Este todo está no presente. No instante em que o homem constrói as máquinas sobre as quais germinam os vícios da alma em estrutura e função em conjuntos justapostos em um processo contínuo com força e potência no espaço-tempo que ecoa na eternidade.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor. **Mínima moralia**. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.
- AQUINO, Tomaz. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- Azevedo, Thales. **A religião civil brasileira**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BARTHES, Roland. **O obvio e o obtuso**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BATALHA, Wilson de Souza Campos, **Introdução ao Direito**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1967.
- BENJAMIM, Walter. **A arte na época de suas técnicas de reprodução**. São Paulo: Editora Abril, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, 2011.
- BRETON, Philippe. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.
- CANEZIN, Maria Teresa. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.
- DAHER, Tania. **Goiânia, uma utopia europeia no Brasil**. Goiânia: ICBC, 2003.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, 2000, v.24, n°47, p,29-60.
- FIGUEREDO, F. Marcos. **Legitimidade e Coação no Brasil pós 64**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1978.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**. São Paulo: Annablume, 2011.
- FOUCAUT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 2011.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

GÓES, Moacyr. **O Golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.

HESSEN, Johannes, **Filosofia dos Valores**, 1967

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Goiânia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

INEP, Mapa do Analfabetismo no Brasil,

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Editora Perspectiva S/A, 1941.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole**. 1996, EDUSP, São Paulo.

MOURA, Marlene Castro Ossami de, **Índios de Goiás**, Goiânia: Editora UCG, 2006.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PALACIN, Luiz. **História de Goiás**. 6ª Edição, Goiânia: Editora da UFG, 1994.

PEIRCE, S.Charles. **Semiótica**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 2010.

SALLES, Pinheiro. **A ditadura militar em Goiás**. Goiânia: Poligráfica Off-set e Digital, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **Corpo e comunicação**. 3ª.ed. São Paulo: Ed. Paulus, 2008.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. 1ª. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense Ltda, 2012.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito**. 2005. In <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>

SIMMEL, Georg. **A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva**. In: Souza, Jessé e ÖELZE, Berthold. 1998. Simmel e a modernidade. Brasília: UnB. p. 41-77.

SOUZA DE, João Valdir Alves. **Introdução à Sociologia da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Maria Inêz de. **Os empresários e a educação**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 2ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988D

TEMES, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros Editora, 2012.

ULPIANO, T. Bezerra de Meneses. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.23, n.45, p.11-36, 2003.

XAVIER, Maria Elizabete. **História da educação – A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.